



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Niquelândia
Departamento Municipal de Licitações e Contratos

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2024



PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

(Processo Administrativo nº 20245282)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA-GO, através do Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto nº 249/2024, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, licitação pública na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024, tipo Menor Preço por Item objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER A PREFEITURA E AS RESPECTIVAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA – GOIÁS**, aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, da Lei Complementar n.º 123/2006 e DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, subsidiariamente, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame e alterações posteriores. O Edital e seus Anexos poderão ser requeridos das 8h às 13h, junto a sala de Licitações da Prefeitura Municipal ou pelo sítio <https://niquelandia.go.gov.br/>. INFORMAÇÕES, esclarecimentos e impugnações deverão ser feitas através do email: licitacao@niquelandia.go.gov.br. O procedimento e o julgamento deste pregão Presencial serão conduzidos pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio designados pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Niquelândia/GO, que conduzirá os trabalhos em sessão pública.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 24/09/2024

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Prefeitura Municipal de Niquelândia no endereço Praça Mestre Dário, n 01, Centro, Niquelândia – GO.

Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Niquelândia/GO ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeiro em contrário.

Caso não seja possível a conclusão dos trabalhos no dia marcado, a sessão será suspensa, constando em Ata a data da reabertura e comunicado a todos os licitantes credenciados.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Poder executivo não se responsabiliza por documentos enviados pelo correio e não entregues em tempo hábil à Comissão de licitação.

1.2. A presente licitação SERÁ REALIZADA NA FORMA PRESENCIAL, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, desde que motivada, conforme prevê o parágrafo segundo do artigo 17 da Lei 14.133/2021.

1.3. A previsão está expressa no art. 176 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2024:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento: I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei; II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei; III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

1.4. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão: Como se sabe, a legislação prevê o uso da modalidade pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, todavia, a norma admite a adoção do pregão presencial, de forma a permitir, entre outras peculiaridades, que podem ocorrer na forma eletrônica, a inibição por exemplo, da apresentação de propostas insustentáveis em face do tipo de produtos ou serviços, que podem atrasar os procedimentos e aumentar custos, além de atrasos na execução. Não se aplica à este município o percentual de habitantes, porém a Lei prevê sua preferencia e não a obrigatoriedade na contratação, podendo a administração pública, justificar a motivação para a escolha do pregão na forma presencial, adotando as peculiaridades que a Lei exige.

1.5. Na forma presencial tem-se menos procedimentos burocráticos, além do que, a facilidade na negociação de preços, verificando as condições de habilitação técnica das licitantes, evitando inclusive, apresentação de propostas que não preenchem as condições de habilitação através de documentos verossímeis e adequados ao objeto, evitando propostas que não se sustentem, causando morosidade e embaraços no certame, o que nesta situação frustraria todo um evento, além do que, o Pregão ainda que na modalidade presencial, cumpre as disposições legais e princípios, dentre as quais, da publicidade, **além da gravação da sessão que garante a transparência dos atos na realização da mesma.**

1.6. Pontua-se também, a questão dos procedimentos anteriores na forma eletrônica efetuados pela Prefeitura Municipal de Niquelândia/GO, levarem mais de três meses para serem concluídos levando em consideração a burocracia e morosidade no retorno das empresas concorrentes, bem como atraso nas entregas e execução contratual dos serviços após à homologação da sessão eletrônica, tumultuando, causando atraso nas entregas acarretando diversos problemas na administração pública. Doutro norte, a adoção do pregão em sua forma presencial, fortalece o desenvolvimento das empresas regionais, ao mesmo tempo que não será prejudicial a competitividade do certame, tendo em vista que existem inúmeras empresas na região, atuantes no ramo objeto desta licitação, além de permitir empresas com sede em outras localidades participarem amplamente desta licitação.

1.7. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



1.8. O Credenciamento será no mesmo horário e local, retro estabelecido, sendo que o início da disputa de preços dar-se-á em seguida à verificação das propostas.

1.9. O aviso do Edital será publicado no sítio oficial sítio <https://niquelandia.go.gov.br/>, bem como no Diário Oficial do Município de Niquelândia/GO <https://dom.niquelandia.go.gov.br/>, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como jornais de grande circulação DOM e DOE.

1.10. O Edital e seus Anexos, assim como os demais documentos pertinentes à licitação em apreço, permanecerão publicados e poderão ser examinados no horário comercial e poderão ser retirados junto ao Pregoeiro e/ou membros da equipe de apoio, na sala da Comissão de Contratação ou, ainda, pelo endereço Presencial.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER A PREFEITURA E AS RESPECTIVAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA – GOIÁS**, tudo conforme Termo de Referências.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. A aquisição será realizada com recursos provenientes do Tesouro municipal.

4. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

4.1. Observado o prazo legal, a PROPONENTE poderá formular consultas pelo e-mail licitacao@niquelandia.go.gov.br, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o número da licitação.

4.2. A Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

4.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

5. REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.

6. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

6.1. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº14.133/2021 e demais legislações pertinentes, mediante petição a ser enviada



exclusivamente para o endereço Presencial licitacao@niquelandia.go.gov.br até 02 (dois) dias úteis anteriores, da data fixada para abertura do certame devendo a Pregoeiro e sua Equipe de Apoio decidir sobre a impugnação em até 24 (vinte e quatro horas). Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, ficando esclarecido que a intempestiva comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

6.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

6.4. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema Presencial do município de Niquelândia/GO para os interessados.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

7.1. Poderão participar desta licitação os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital.

7.2. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, de seus Anexos e leis aplicáveis.

7.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do procedimento licitatório.

7.4. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer processo de cópia autenticada via cartório competente ou pelo Pregoeiro ou por servidor da Equipe de Apoio.

7.4.1. Quando a Licitante optar por autenticar sua documentação pelo Município, deverá apresentá-la com antecedência mínima de **15 (quinze) minutos**.

7.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas, os licitantes credenciados pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio.

7.6. É vedada a participação de empresas:

a) Concordatária, ou em recuperação judicial, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de



credores, em dissolução ou em liquidação.

b) Que tenha (m) sido declarada (s) inidônea (s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará (ão) sujeita (s) às penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21 sem prejuízo da cobrança de perdas e danos.

c) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

d) Pessoa física ou jurídica que incidirem nas hipóteses previstas no § 1º e § 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

e) empresa cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.

f) Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor do Município de Niquelândia -GO, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores do mesmo.

g) As empresas submetidas a processos de recuperação judicial podem participar desta licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, ter viabilidade econômica.

8. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

8.1. Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeiro, sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura da sessão, devidamente munidos de documento de identidade em original ou documento legal equivalente devidamente autenticado.

8.2. Para o credenciamento de pessoa jurídica, deverá ser apresentado documento que o credencie a participar deste certame – conforme modelo em ANEXO II (Modelo de Carta de Credenciamento), que poderá ser substituída pela Procuração Extrajudicial com firma reconhecida do representante legal da empresa, bem como os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o Ato Constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, cópia autenticada do documento oficial de identificação com foto dos sócios;

b) tratando-se de procurador, a procuração particular ou ainda procuração por instrumento público, através do qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances, negociar preço, interpor recursos e



desistir de sua interposição e praticar todos os atos em direito admitidos e os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supra, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação (conforme modelo em ANEXO III) deste Edital. O licitante que não dispor da declaração ou apresentá-la com qualquer incorreção poderá assiná-la ainda perante a equipe de apoio desde que disponha de poderes para tal investidura. A ausência da declaração ou recusa em assiná-la, constitui motivo para a exclusão da Licitante do certame

8.2.1. O representante legal ou procurador deverá identificar-se, apresentando cópia da Carteira de identidade ou documento legal equivalente;

8.2.2. - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

8.2.3. - A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da respectiva credenciada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

8.2.4. - O licitante que não apresentar o documento de credenciamento e/ou Declaração de Pleno Atendimento ficará impedido de manifestar-se durante a sessão, mas se a sua proposta escrita estiver em conformidade com as condições estabelecidas neste edital, a mesma será recebida.

8.2.5. A Licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro.

8.2.6 - Deverá ainda a licitante entregar ao pregoeiro a mídia, com pen drive, contendo a “planilha para proposta” e o “Credenciamento” ou arquivo encaminhado ao email oficial do município.

8.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte **DEVERÃO** apresentar documentação que comprove que a mesma enquadra neste rol, para que possam gozar das prerrogativas instituídas pela Lei Complementar 123/06, sob pena de não ser concedida tal prerrogativa, conforme modelo **ANEXO IV**.

8.4. Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados separadamente, FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

8.5. O tempo de tolerância para o atraso será de 15 (quinze) minutos, contados a partir do horário marcado para abertura do pregão.

8.6. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras Proponentes.



9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

9.1. Declaração da Condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (ANEXO IV)

a) A declaração da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, para fins do tratamento diferenciado de que trata a LC n. 123/06, deverá ser apresentada fora dos envelopes 1 e 2, e ser assinada pelo representante legal da empresa, ou pelo contador ou, ainda, pela Junta Comercial e, sob as penas da lei, deverá estar consignado não estarem nas restrições estabelecidas nos incisos do § 4º do art. 3º da citada lei complementar.

9.2. A não entrega da Declaração de Enquadramento de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, ou apresentação de documento diferente do exigido neste item implicará na anulação do direito da mesma em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar 123/06.

10. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.1. Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às microempresas – ME e empresas de pequeno porte - EPP, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação àquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias, conforme art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.1.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores ao menor preço, conforme disposto no art. 44, § 2º da LC 123/2006.

10.1.3. Para efeito do disposto no art. 44 da LC 123/2006, ocorrendo o empate, procederá da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, devendo tal proposta ser registrada, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do Art. 45, da LC 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo percentual estabelecido no § 2º do Art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá usar do direito de preferência.

d) O direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte será instaurado após o encerramento da etapa de lances e antes da fase de negociação.



e) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do Art. 44 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

f) O disposto no art. 44 da LC 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do art. 43 da Lei Complementar n. 123/2006.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do Art. 43, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 2º art. 90, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de Proposta de Preços e Habilitação deverão ser entregues ao pregoeiro na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, as seguintes informações:

“A PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA- GOIÁS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2024
NOME DA EMPRESA E ENDEREÇO
CNPJ:
ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS”

“A PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA- GOIÁS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2024
NOME DA EMPRESA E ENDEREÇO
CNPJ:
ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

11.2. A proposta deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa ou editorada por computador e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas



páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

11.3. O licitante poderá apresentar os documentos solicitados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por agente da Administração, ou de declaração de autenticidade por advogado, e inclusive expedidos via Internet. Caso sejam apresentados documentos originais, os mesmos ficarão retidos no processo.

11.4. A aceitação da documentação por cópia simples de documento público ou particular ficará condicionada à apresentação do original a Pregoeiro e equipe, para a devida autenticação ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

11.5. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da Pregoeiro;

11.6. A Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios Presenciais de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

11.7. O Município não se responsabilizará por envelopes de “Proposta de Preços” e “Documentação de Habilitação”, remetidos via correios que não sejam entregues no local, data e horário definido neste edital.

11.8. A licitante que optar pelo envio via correio de sua documentação, caso em que, a documentação para o credenciamento e a declaração do ANEXO III (Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação), deverá ser enviado dentro de envelope próprio (sobrecarta), bem como a prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, separados dos envelopes de proposta e habilitação, aos cuidados do (a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação pelo descumprimento da norma anteriormente mencionada.

11.8.1. Os licitantes devem incluir neste caso, em um envelope maior todos os 03 (três) envelopes, quais sejam o de Credenciamento, Proposta e Habilitação, para que não sejam separados durante a recepção dos mesmos.

11.9. Na hipótese de não constar prazo da validade das certidões apresentadas, o Pregoeiro aceitará as expedidas até 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação das propostas.

12. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA DE PREÇOS”

12.1. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado e deverá conter a especificação do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes neste edital e anexos, de forma clara e detalhada, não sendo admitido propostas alternativas, devendo conter aos seguintes elementos:

a) razão social e CNPJ do proponente;

b) número deste Pregão; c) endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, (UF).



- d) telefone e endereço Presencial (e-mail).
- e) Banco, número da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame.
- f) Prazo de entrega.
- g) descrição de forma clara e sucinta do ITEM que se pretende concorrer, conforme Anexo I;
- h) preço unitário e total proposto para o objeto ofertado, expresso em moeda corrente, em números com apenas duas casas decimais após a vírgula, devendo ser aplicado no preço a isenção do ICMS nos casos que couber, observando as condições do Anexo I – Termo de Referência do Edital.
- i) O preço cotado deverá conter as taxas e impostos instituídos por Lei, seguros, encargos trabalhistas e sociais, e quaisquer outras despesas que de forma direta ou indiretamente, incidem sobre o objeto licitado. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas;
- j) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da proposta. No silêncio da proposta, considerar-se-á a validade de 60 dias;

k) Documento de Origem Florestal (DOF), emitido pelo Sistema DOF para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa conforme Portaria MMA nº 253/2006, somente para os itens de origem florestal (madeiras);

l) Certificado de Regularidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente para comercialização de madeiras e outros subprodutos florestais, Lei nº. 12.651/2012. (CTF/APP)

12.2. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta. Não serão admitidas, posteriormente, alegações ou enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos ou indenizações de qualquer natureza.

12.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem.

12.4. Toda especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta de preços.

12.5. A proposta de preço deverá ser digitada na tabela do **ANEXO V** devendo ser entregue impressa no envelope de que trata este item. A proposta de preço deverá ser redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada a última folha por seu representante legal;



12.6. Para facilitar e agilizar o andamento dos trabalhos os licitantes poderão baixar no site da Prefeitura a planilha padrão de preenchimento e entregar ao pregoeiro a mídia, com pen drive no momento da entrega do envelope de proposta, contendo especificação dos produtos cotados, marca, preço unitário e total segundo as exigências mínimas apresentadas no termo de referência.

12.7. Deverá constar na proposta ou em anexo à ela declaração de que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no **ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA**.

12.8. A não apresentação das DECLARAÇÕES/INFORMAÇÕES mencionadas acima ensejará na desclassificação do licitante.

12.9. As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificados quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro da forma seguinte:

- a) Discrepância entre valor total grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o que mais se aproximar da soma total da proposta, mantendo-se os valores unitários;
- b) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- c) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;
- d) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificandose a soma.

12.10. O valor total da proposta será ajustado pelo Pregoeiro em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total a ser pago.

12.11. O licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

12.12. Os preços estimados no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I) são considerados “preço máximos”, caso os preços propostos pelos licitantes estiverem acima deste serão automaticamente desclassificados.

13. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

13.1. O envelope contendo "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

13.1.1 - Habilitação Jurídica

13.1.1.1.Registro comercial, no caso de empresa individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais; Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações; Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

13.1.1.2. Os documentos relacionados do subitem 13.1.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.1.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

13.1.3. prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo a sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

13.1.4. provas de regularidade, em plena validade, para com a Fazenda Federal (consistindo em certidão negativa de tributos e contribuições federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);

13.1.5. provas de regularidade, em plena validade, para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Estado);

13.1.6. provas de regularidade, em plena validade, para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Municipais) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

13.1.7. provas de regularidade, em plena validade, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

13.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

13.1.9. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

13.1.10. Declaração de que empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante no ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E DE IDONEIDADE.

13.1.11. DECLARAÇÃO DA EMPRESA INFORMANDO QUE SEUS SÓCIOS, PROPRIETÁRIOS, DIRIGENTES OU ASSEMBLHADOS não possuem qualquer vínculo com o Município de Niquelândia/GO, conforme modelo do ANEXO IX.



13.1.12. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social de acordo com o inciso IV do art. 63 da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

13.1.13. DECLARAÇÃO DE QUE TEM PLENO CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme MODELO DO ANEXO XI.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1.14. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta;

13.1.15. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, emitido por contador registrado no Conselho de Contabilidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, ou por seu Contrato Social atualizado ou seu Registro perante a Junta Comercial;

13.1.16. Apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido os produtos constantes do objeto desta licitação, bem como se foram cumpridos os prazos estabelecidos e o grau de satisfação. Tal atestado deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, assinado e datado.

OUTRAS COMPROVAÇÕES

13.1.17. A Pregoeiro e Equipe de Apoio poderá diligenciar por meio de consulta direta aos sites dos órgãos expedidores na Internet, para verificar a veracidade de documentos obtidos por mídia eletrônica.

13.1.18.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada.

14. PROCEDIMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

14.1. A Sessão será iniciada com o credenciamento dos interessados em participar do certame. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, o pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

14.2. Na abertura da sessão os envelopes deverão estar lacrados e rubricados, não se admitindo o rompimento do lacre para retirada ou inserção de quaisquer documentos, sob pena de desclassificação. 10.2. Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

14.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope, contendo a proposta de preços, estará encerrado o credenciamento



e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

14.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro será feita por ITEM e sequencialmente e visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto por ITEM não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preços baseados exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
- c) que apresentem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

14.4.1. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

14.5. Serão ordenadas automaticamente as propostas classificadas, que participarão da fase de lances

14.6. Aos licitantes classificados para participação na etapa de lances, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço aos demais e em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

14.6.1. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

14.7. Os lances para cada ITEM deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço;

14.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

14.9. Encerrada a etapa de lances e havendo microempresas ou empresas de pequeno porte em condições de exercer o direito de preferência, será adotado o procedimento de que trata os itens 9 e 10;

14.10. O critério de julgamento e classificação das propostas, será considerado o de Menor Preço – Valor Unitário por Item

14.11. Declarada encerrada a etapa competitiva (após o término da fase de lances), sendo aceitável a oferta de menor preço e ordenadas as ofertas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, decidindo motivadamente a respeito e passará à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

14.11.1 O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes a composição de preços dos itens propostos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.

14.12. Caso não se realize os lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

14.13. Em havendo apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

14.14. Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital, o pregoeiro poderá, ainda, negociar com o proponente para que seja obtido melhor preço.



14.15. Sendo aceitável a oferta, será verificada o atendimento das condições de habilitação pela Licitante que a tiver formulado.

14.15.1. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios Presenciais, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

14.16. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

14.16.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.17. No caso das microempresas ou empresas de pequeno porte apresentar restrições na regularidade fiscal, será adotada prerrogativa prevista no item 9.

14.18. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste Edital, o licitante, será declarado a Proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

14.19. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

14.20. Da sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos Licitantes Credenciados presentes.

14.21. Decididos os recursos ou transcorrido in albis o prazo para sua interposição, o pregoeiro poderá devolver aos licitantes, exceto aos vencedores, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

15. – DA IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. No final da sessão, declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala do pregoeiro municipal. É defeso a qualquer licitante recorrente, retirar os autos da sala do pregoeiro.

15.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato da sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala do pregoeiro Municipal.

15.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º



do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento.

15.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.5. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Decididos os recursos porventura interpostos ou inexistindo manifestação recursal e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

15.7. A adjudicação será feita por ITEM.

15.8. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos ou de impugnação ao ato convocatório do Pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

15.9. A decisão sobre o pedido de esclarecimentos ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo e observada a forma a que alude o parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

15.10. O acolhimento do pedido de esclarecimentos ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório do Pregão, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, conforme art. 55, § 1º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. 15.11. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO;

15.12. A partir do ato da homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a Ata de Registro de Preços, respeitada a validade de sua proposta.

15.13. O resultado final do PREGÃO será publicado no Diário oficial do Município de Niquelândia, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16 . DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento à empresa a ser contratada será efetuado, após a execução do objeto e cumpridas às exigências deste edital e do contrato, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada e liberada pela Secretaria de Controle Interno, deste município.

16.1.1 pagamento somente será efetuado após a comprovação pelo contratado da regularidade fiscal, social e trabalhista.

16.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

16.3. Se o objeto não for executado na conformidade do que dispõe este Edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

16.4. Deverão estar incluídas, no preço dos serviços todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração,



tais como frete, materiais, mão de obra, carga e descarga, tributos, e quaisquer outros que incidam sobre a avença 16.5. O Município não se responsabilizará por qualquer despesa que o licitante vencedor venha a fazer e que não esteja inclusa no valor da proposta.

17. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação, fica a proponente vencedora obrigada a acompanhar a emissão da Nota de Empenho e, ainda sua retirada no Departamento Financeiro da Prefeitura, respeitando a validade da proposta, sob pena de incidir nas penalidades previstas neste instrumento convocatório.

17.2. Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme art. 90, § 1º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

17.3. Neste caso, A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, conforme art. 90, § 5º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

17.4. A regra do § 5º não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º deste artigo.

18 - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos consignadas no Orçamento, para o exercício de 2024 do Município de Niquelândia/GO, cujo programa de trabalho e elemento de despesa são:

0228.26.782.7016.8040.339030.100.20240188 – Secretaria de Transportes

0233.15.452.7016.8061.339033.100.20240271 – Secretaria de Urbanismo

0239.20.605.7017.8059.339030.100.20240322 – Secretaria de Agricultura e Pecuária

0239.20.605.7017.8059.449052.100.20240337 – Secretaria de Agricultura e Pecuária

0240.13.392.7015.8055.339030.100.20240337 – Secretaria de Cultura

0240.13.392.7015.8055.339030.100.20240344 – Secretaria de Cultura

1108.18.122.7002.8017.339030.100.20240734 – Secretaria de Meio Ambiente

19. DO RECEBIMENTO, FORNECIMENTO E/OU EXECUÇÃO

19.1 O objeto da presente licitação deverá ser executado no(s) dia(s), no(s) local(is) e horário(s) definido (s), pela Prefeitura e Secretarias Municipais, conforme Termo de Referência (Anexo I).

19.2. O objeto da presente licitação será recebido nos termos do Art. 140, da lei 14.133/2021.

20. DA RECOMPOSIÇÃO FINANCEIRA

10.1. Os preços ofertados poderão sofrer reajuste para mais ou para menos, durante a vigência do contrato, desde



que fique caracterizado a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico financeiro entre as partes.

20.2. A solicitação de possíveis revisões de preço feita por parte do prestador, deverá ser demonstrada de forma clara, por intermédio de planilha de custos, a composição do novo preço. Na análise de solicitação, entre outros critérios, deverá ser realizada ampla pesquisa de preço no mercado local.

20.3. Sendo julgado procedente o pedido de revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante a época da realização do certame licitatório.

20.4. A Administração Pública avaliará trimestralmente os preços dos serviços, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado.

20.5. É vedado ao prestador interromper a prestação dos serviços enquanto aguarda a o deferimento ou não do pedido de revisão de preços por ele solicitado.

21. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

21.2. A Ata de Registro de Preços se encerra com o término de sua vigência temporal ou com a contratação da totalidade do objeto nela registrado cuja estimativa é prevista no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

22.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

22.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente registrará o preço do objeto ao licitante vencedor, quando o pregoeiro mantiver sua decisão sobre o recurso, e homologará o procedimento licitatório.

22.3. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

22.3.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

22.4. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente

22.5. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os valores registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os prestadores registrados para negociar o novo valor.

22.6. A contratação com os prestadores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual, ou emissão de Nota de Empenho de Despesa, ordem de serviço ou outro instrumento similar.

22.7. A licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias



úteis, para assinar da Ata e devolvê-la devidamente assinada, sob pena de decair seu direito, sem prejuízo das penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21

22.8. O prazo de assinatura da Ata estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso pela licitante vencedora, e desde que haja motivo justificado aceito pela Gestora do Registro de Preços.

22.9. O registro de preços em Ata estará condicionado à análise de aceitabilidade da proposta e dos documentos.

22.10. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração Pública a adquirir o objeto dessa licitação nele registrados, nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

22.11. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Administração Pública conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, social, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuandose a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

22.12. Durante a vigência do Registro de Preços, a Administração Pública convocará os detentores dos preços registrados, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços.

22.13. Da Ata constarão, também, as obrigações da Administração Pública e do Prestador.

22.14. No caso de celebração de contratos decorrentes dessa Ata de Registro de Preços, esses poderão sofrer alterações quantitativas.

22.15. Encerrado o procedimento licitatório, os representantes legais dos licitantes que tiver apresentado as propostas vencedoras e aceitas serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.

22.16. Os detentores dos preços registrados deverão comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar a Ata de Registro de Preços, bem como conservá-las durante toda a sua execução.

22.17. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas no art. 86 § 2º incisos I, II e III da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

22.18. Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.19. Poderá o beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

22.20. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme art. 86, § 4º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

18.21. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao



dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme art. 86, § 5º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

22.22. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata

22.23. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Detentora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

23. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1 O prestador terá seu preço registrado cancelado quando:

23.1.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

23.1.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

23.1.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

23.2 O cancelamento do Registro de Preços por ato unilateral da Administração ou de forma consensual, por acordo entre as partes, deverá ser precedido de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

23.3 O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas no subitem anterior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração Pública.

23.4 O prestador poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços, na ocorrência de fato superveniente, que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

23.5 Quando o cancelamento decorrer de culpa exclusiva da Administração, o prestador será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I- devolução da garantia;

II- pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III- pagamento do custo da desmobilização.

24 - DO CONTRATO

24.1. A adjudicatária poderá ser oficialmente convocada para, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinar o termo de Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito contratado, sem prejuízo das penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21.

24.2. A adjudicatária deverá indicar um preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução da



prestação do serviço, durante a vigência do Contrato.

24.3. Como condição para celebrar o Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

24.4. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, obedecido ao disposto no Art. 90 § 2º da Lei Federal 14.133/21.

24.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/21.

24.6. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

25.1. A Ata de Registro de Preços e/ou contrato deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

25.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

25.3. A execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

25.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme art. 117, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

25.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme art. 117, § 2º da Lei nº 14.133, de 2021.

25.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, conforme art. 117, § 3º da Lei nº 14.133, de 2021.

25.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

25.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.



26. PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Comete infração administrativa o prestador que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

26.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

26.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

26.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

26.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

26.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

26.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

26.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

26.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

26.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

26.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

26.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os prestadores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

26.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

26.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.2. O prestador que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 22.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do prestador, por qualquer das infrações dos subitens 22.1.1 a 22.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 22.1.2 a 2.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 22.1.8 a 22.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

26.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

26.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

26.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

26.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

26.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

26.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

26.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

26.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

26.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

26.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

26.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. As sessões públicas de processamento do Pregão serão gravadas em áudio e vídeo e lavradas atas circunstanciadas, devendo ser assinadas pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos licitantes Credenciado presentes.

27.3. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

27.4. Todas as propostas, bem como os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, serão rubricadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

27.5. A apresentação da Proposta de Preços pressupõe pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

27.6. No julgamento das propostas de preço e na análise da documentação, o pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico.

27.7. Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado



e válido.

27.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

27.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

27.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

27.9. Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo pregoeiro ou Equipe de Apoio.

27.10. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

27.11. As decisões do pregoeiro serão publicadas no sítio oficial www.niquelandia.go.gov.br como também, no, Diário Oficial do Município de Niquelândia e disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

27.12. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

27.13. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, publicado no Placar de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal. 27.14. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

27.15. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio Presencial oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

27.16. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, na forma do § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

27.17. A Adjudicatária é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, obedecido o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

27.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, em ambos os casos, só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura de Niquelândia/GO.

27.19. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

27.20. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

27.21. Fica eleito o foro da Comarca de Niquelândia, Estado de Goiás, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

27.22. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:



- Anexo I – Termo de Referência – Apenso do anexo I - Estudo Técnico Preliminar
- Anexo II – Modelo de Carta de Credenciamento.
- Anexo III – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação
- Anexo IV – Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
- Anexo V - Modelo de Proposta de Preço.
- Anexo VI – Declaração de Proposta Econômica.
- Anexo VII – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- Anexo VIII – Declaração Inexistência de Fato Impeditivo e Idoneidade
- Anexo IX – Declaração de Ausência de Vínculo
- Anexo X – Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.
- Anexo XI – Declaração de conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- Anexo XII – Minuta do Contrato.
- Anexo XIII – Minuta da Ata de Registro de Preço

Niquelândia-GO, 09 de setembro de 2024.

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA FILHO

Pregoeiro

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADM: 2024005282

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMOVES, FERRAMENTAS, MATERIAL ELETRICO ELETRONICO, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS E MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA.

1 – INTRODUÇÃO

Este documento trata-se de estudo técnico preliminar, visando à contratação de empresa para fornecimento de material para manutenção de bens imóveis, ferramentas, material elétrico eletrônico, maquinas e equipamentos energéticos e material de acondicionamento e embalagem, para atendimento das demandas dos órgãos do poder executivo do município de Niquelândia.

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta nos documentos de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

O presente estudo consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar o Termo de Referência, conforme previsto no art. 6º, inciso XX, da Lei 14.133/21.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se ao interesse público presente na necessidade da utilização dos materiais por diversas Secretarias desta Administração Pública Municipal, para a manutenção e conservação dos prédios e logradouros públicos e manutenção do lixo.

3 – PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Essa contratação se alinha aos instrumentos de peças de planejamento Plano Plurianual, Lei Diretrizes Orçamentarias e Lei Orçamentaria Anual da Prefeitura Municipal de Niquelândia.

Saliente-se ainda que, os serviços ora pleiteados em objeto, se enquadram como serviços comuns, conforme estabelecido no inciso XIII do Art. 6º, da Lei Federal 14.133/21.

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Praça Mestre Dário, nº. 01 - Centro – Niquelândia – GO



4.1 A empresa contratada deverá apresentar como requisito para a habilitação nas contratações exigir-se-á dos interessados, com base na Lei Nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o seguinte:

4.1.2. Habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e técnica;

4.3. A empresa interessada deverá apresentar para o item ofertado, as respectivas especificações técnicas mínimas, suficientes para julgamentos coerentes entre si.

4.4. No preço deverá estar inclusos todas as despesas com mão de obra, auxílio alimentação ou refeição, vales-transportes e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados, uniformes, prêmios de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos fornecimentos, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto deste Termo.

4.5. Ser apresentada com cotação de preço fixo e irrevogável, expresso em R\$ _____ (reais), com apenas duas casas decimais, tanto por extenso e em algarismos, prevalecendo este valor sobre aquele em caso de divergência.

4.6. O julgamento obedecerá ao critério de Menor Preço unitário, conforme descrição para o objeto deste Estudo, tendo como critério de aceitabilidade o preço médio estimado, realizado através pesquisa especializada, com os potenciais fornecedores, considerando a natureza do objeto.

4.7. Na ocorrência de empate no preço ofertado, a ordem para esses será definida através do melhor prazo para execução dos serviços, considerando a urgência na aquisição do objeto.

4.8. Os prazos de validade das propostas apresentadas em caso de inclusão, exclusão, entre outros, não poderão ser inferiores a 90 (dias) contados da data da sua apresentação.

4.9. SETOR REQUISITANTE

4.9.1. FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

4.9.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

4.9.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

4.9.4. SECRETARIA DE MUNICIPAL DE CULTURA

4.9.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

5.1. Levando em consideração a solicitação constante no processo, abaixo segue os quantitativos estimados para o serviço:



ITEM	NOME/DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	MEDIDA
1	TINTA ACRILICA 18 LITROS	387	UNIDADE
2	THINNER 5 LTS	195	GALÃO
3	ESMALTE SINTETICO 3.600 L	130	GALÃO
4	LIXA Nº100	170	UNIDADE
5	AREIA GROSSA	520	METRO CUBICO
6	ARAME RECOZIDO Nº 14	450	KILO
7	POSTE CONCRETO DT TIPO B/BT 300 A 3000 DAN, POSTE DUPLO T TIPO B	3	UNIDADE
8	CRUZETA METALICA 2,40MT	15	UNIDADE
9	PEDRA BRITADA Nº 1	140	METRO CUBICO
10	VIDIA BROCA 1/4.	5	PEÇA
11	VIDIA BROCA 3/16	5	PEÇA
12	BROCA DE AÇO RAPIDO 1/4	5	PEÇA
13	LÂMINA PARA SEGUETA	70	PEÇA
14	TAMBOR METALICO DE 200 LITROS MODELO DE ACORDO COM A NORMA DA ANP, COM 1 TAMPA DE 6 CM E OUTRA DE 2,5 CM, COLETA DE GARRAFAS.	40	UNIDADE
15	TAMBORES DE PLÁSTICO DE 200 L COM TAMPA REMOVIVEL E LACRE, ALTURA 94 CM, LARGURA 60CM- PARA COLETA DE ORGANICOS	40	UNIDADE
16	SACOS BIG BAG DE TECIDOS POLIPROPILENO, CAPACIDADE 1000 KG DIMENSÕES: 120X90X90, FATOR 5.1 SEGURANÇA	60	UNIDADE
17	CONTAINER - CAPACIDADE 1000 LITROS -DIMENSOES: A GRADE (1045 MM), A PALETE (120 MM), C (1200 MM), L (1000 MM), ALTURA VALVULA PARA VAZÃO, TAMPA ROSQUEADA E RESERVATORIO COM GRADUAÇÃO ARMAÇÃO E PALLET EM METAL MATERIAL EM PLASTICO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, CERTIFICADO PELO INMETRO	15	UNIDADE
18	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR MEDIDAS 533X330X285MM	6	UNIDADE
19	GALÃO DE 5 LITROS , COM TAMPA E ALÇA, PLASTICO PET DESCARTAVEL LIVRE DE BPA	500	UNIDADE
20	PEDRA RACHÃO Nº 40	90	METRO CUBICO
21	MALHA DE FERRO 4.0 3X2 X10	50	UNIDADE
22	CONCRETO USINADO	25	METRO CUBICO
23	BARRA DE FERRO 1/4	20	BARRA
24	TUBO DE CONCRETO ARMADO, 1,00 X 0,80 METROS	180	PEÇA
25	TUBO DE CONCRETO PERFURADO 0,30MM X 1,00MT	60	PEÇA
26	MANGUEIRA POLIETILENO 1 1/4	5000	METRO
27	UNIAO INTERNA 1 1/4 PVC	100	UNIDADE
28	ARGAMASSA 20 KG AC1	250	PACOTE
29	MASSA PVA (MASSA CORRIDA)25 KG	300	CAIXA
30	COLUNA DE FERRO 5/16	100	UNIDADE
31	TRELIÇA 12 M 3/4	124	BARRA
32	TIJOLO CERÂMICO MACIÇO 5X10X20 CM	15000	UNIDADE
33	PINCEL PARA PINTURA 3 CM	40	UNIDADE
34	FITA CREPE PARA PINTURA 25MMX50MM	320	UNIDADE
35	VERNIZ 5 LITROS	100	UNIDADE
36	TINTA DE DEMARCAÇÃO VIARIA 18 L	100	LATA
37	TABUA 3MX30CM	100	UNIDADE
38	IMPERMEABILIZANTE VEDACIT OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE, BALDE COM 18 L	200	BALDE
39	MANILHA 1000	500	UNIDADE
40	MANILHA 80	500	UNIDADE
41	AREIA MEDIA	500	METRO CUBICO
42	PEDRA BRITADA Nº 0	300	METRO CUBICO
43	CIMENTO CII - F -32 50 KG	1070	SACO

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA
ADM: 2021/2024



44	ARGAMASSA 20 KG AC2	204	UNIDADE
45	CANAleta DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29CM	1986	UNIDADE
46	CANAleta DE CONCRETO SIMPLES TIPO MEIA CANA 30CM DE DIAMETRO PARA AGUA PLUVIAL	30	UNIDADE
47	TUBO PVC 75 MM (ESGOTO)	10	BARRA
48	TUBO PVC 100 MM (ESGOTO)	50	UNIDADE
49	CURVA PVC LONGA 45 GRAUS 100MM	50	UNIDADE
50	CURVA PVC LONGA 45 GRAUS 75MM	50	UNIDADE
51	MEIO FIO PRE MOLDADO 1M 30X12/15CM	21	METRO
52	PREGO 17X27	100	KILO
53	ESTACA DE MADEIRA 1,20M EUCALIPTO	300	UNIDADE
54	SARRAFO (MADEIRA)2,5X1,19MM	300	METRO
55	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA PARA FORMA DECONCRETO 2,2X1,19MM	100	UNIDADE
56	CANO DE 3/4 PVC SOLDABEL	20	BARRA
57	CANO 1/2 PVC SOLDABEL	20	BARRA
58	CONEXAO TE LL 3/4 PVC SOLDABEL 25MM	70	UNIDADE
59	JOELHO LR 3/4 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
60	LUVA LR DE 25 X 3/4 - PVC	30	UNIDADE
61	JOELHO LL 1/2 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
62	LUVA LL1/2 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
63	JOELHO LR 1/2 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
64	LUVA LR 1/2 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
65	CONEXAO TE LL 1/2 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
66	LUVA DE ANEL DE CORRER 3/4 PVC	30	UNIDADE
67	LUVA DE ANEL DE CORRER 1/2 PVC	30	UNIDADE
68	LUVA DE ANEL DE CORRER 50MM	30	UNIDADE
69	JOELHO 50MM LL PVC SOLDABEL	50	UNIDADE
70	REDUCAO DE 3/4 PARA 1/2 SOLDABEL	30	UNIDADE
71	TORNEIRA DE LAVATORIO PVC	50	UNIDADE
72	TORNEIRA DE JARDIM MEDIDA 1/2, EM PVC, COR PRETA	50	UNIDADE
73	TORNEIRA DE PVC PARA TANQUE	50	UNIDADE
74	REGISTRO SOLDABEL PVC 3/4	30	UNIDADE
75	REGISTRO SOLDABEL PVC 1/2	30	UNIDADE
76	REGISTRO SOLDABEL PVC 50MM	30	UNIDADE
77	COLA PVC (BOTUJO DE 175 GR)	30	UNIDADE
78	BOIA (TAM 25MM) - PARA CAIXA D'AGUA	31	UNIDADE
79	CAIXA DE DESCARGA 9 L	30	UNIDADE
80	CANO 50MM PVC SOLDABEL	20	BARRA
81	JOELHO 3/4 PVC SOLDABEL 25MM	70	UNIDADE
82	LUVA 3/4 PVC SOLDABEL 25MM	70	UNIDADE
83	CONEXAO TE LL 50MM PVC SOLDABEL	50	UNIDADE
84	LUVA LL DE PVC DE 50MM	50	UNIDADE
85	FIO FLEXIVEL 2,5MM ROLO COM 100 METROS	8	ROLO
86	FIO FLEXIVEL 6MM ROLO COM 100MTS.	20	ROLO
87	TOMADA EXTERNA 10 AMPERES 1 POLO	54	UND
88	SOQUETE DE RABICHO E 27	50	UNIDADE
89	LAMAPADA DE LED 70W	62	UNIDADE
90	FITA ISOLANTE 3MMX10M	20	UNIDADE
91	INTERRUPTOR COM TRES APAGADORES	5	UNIDADE
92	INTERRUPTOR COM 2 APAGADORES	3	UNIDADE
93	INTERRUPTOR COM 1 APAGADOR	8	UNIDADE

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA
ADM: 2021/2024



94	LAMPADA LED BULBO 40W	35	UNIDADE
95	DISJUNTOR TRIFÁSICO 32 AMPERES	6	UNIDADE
96	ROLDANA PVC 102	100	UNIDADE
97	REFLETOR DE 100 WTS	5	UNIDADE
98	FITA ISOLANTE, PRETA, ROLO COM 19MMX20M	6	UNIDADE
99	VERNIZ SPRAY 400 ML	33	UNIDADE
100	AGUA RAZ 100 ML	20	UNIDADE
101	FECHADURA EXTERNA STAM 1801/21 OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE	5	UNIDADE
102	CORANTE LIQUIDO XADREZ 50 ML- CORES VARIADAS	180	UNIDADE
103	MADEIRITE EM FOLHA DE 1 CM - PRETO	10	PLACA
104	COLA CASCOREZ 1KG	30	UNIDADE
105	BUCHA DE PAREDE S-8 COM PARAFUSO	200	UND
106	PARAFUSO 40X30	200	UNIDADE
107	ARRUELA METALICA 1/8	100	UNIDADE
108	PREGO 15X15	5	KILO
109	LIGAÇÃO REPARADORA PARA MANGUEIRA 1/2	1	UNIDADE
110	CAIXA ESMALTADA 4X2 CHAPA 18	1	UNIDADE
111	PREGO 18/24	5	KILO
112	BUCHA DE REDUÇÃO 25/2	50	UNIDADE
113	LUVA LL SOLDAVEL 3/4	5	UNIDADE
114	TABUA 1,5X4X2M	100	UNIDADE
115	TABUA 1,8X4X2M	100	UNIDADE
116	DOBRADIÇA 2 POLEGADAS	40	UNIDADE
117	BUCHA DE PAREDE S-6 COM PARAFUSO	100	UND
118	PISTOLA DE COLA QUENTE PROFISSIONAL, DE METAL 150 W	10	UNIDADE
119	VERNIZ 900ML	20	UNIDADE
120	TINTA PARA PISO 18 LITROS	2	UNIDADE
121	FITA CREPE PARA PINTURA 50MM X 50M	2	UNIDADE
122	CAL VIRGEM COMUM 20KG	180	SACO
123	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23 CM SEM SUPORTE	48	UNIDADE
124	CABO PARA ROLO DE PINTURA ENGAIOLADO. 23CM.	8	UNIDADE
125	CABO PARA ROLO DE PINTURA PROLONGADOR TELESCÓPICO, EXTENSOR ATÉ 3 METROS, MATERIAL EM AÇO.	4	UNIDADE
126	MASSA PVA (MASSA CORRIDA)18 LITROS	5	CAIXA
127	PINCEL PARA PINTURA 04 POLEGADAS	10	UNIDADE
128	AREIA FINA	50	METRO CUBICO
129	TABUA 4 MTS COMP X 30 LARG X 5 CM ESP -) PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO ,PARA FORRO	800	UNIDADE
130	TABUA 6 MTS COMP X 30 LARG X 5 CM ESP -) PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO ,PARA FORRO	300	UNIDADE
131	TABUA DE PINUS PARA ESCORAMENTO 4 MTS.	4000	UNIDADE
132	TABUA 7 MTS COMP X 30 LARG X 5 CM ESP -) PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO, (RODA PNEU)	300	UNIDADE
133	GUARDA PÓ 8MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	80	UNIDADE
134	GUARDA PÓ 7 MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	80	UNIDADE
135	GUARDA PÓ 9MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	80	UNIDADE
136	PRANCHA DE MADEIRA 4MT 30 LARG - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	4000	PEÇA
137	VIGAS 7MT 25X25 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE
138	VIGAS 8MT 25X25 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE
139	VIGAS 6MT 25X25 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE
140	QUADRADO DE MADEIRA 6MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE
141	QUADRADO DE MADEIRA 8MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE



142	BARRA ROSQUEADA 5/8	1000	BARRA
143	PORCA SEXTAVADA 5/8"	6000	UNIDADE
144	ARRUELA 5/8	6000	UNIDADE
145	BARRA CHATA DE 6 MTS 2/5X1/4	400	BARRA
146	BARRA CHATA DE FERRO 1020 2,5X 1/4	6000	BARRA
147	PREGO 18X30	200	KILO
148	PREGO 25X72	320	KILO
149	PREGO 20X30	80	KILO
150	ESCORA ROLIÇA TIPO EUCALIPTO DE 4 METROS COM 20 DE DIÂMETRO	500	UNIDADE
151	CABO DE AÇO "1" GALVANIZADO	1000	METRO
152	CABO DE AÇO 5/8 GALVANIZADO	600	METRO

6- LEVANTAMENTO DE MERCADO, DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS EM TERMO DE ECOMICIDADE E SOLUÇÃO

6.1. O mercado nacional disponibiliza soluções para contratação da devida aquisição, os impactos positivos relacionados com a contratação pretendida estão ligados ao cumprimento das obrigações institucionais do Município de Niquelândia e ao dever de prezar pela transparência na prestação de serviços junto à sociedade de seus atos oficiais, o que possibilita a contratação através do regular procedimento licitatório.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

7.2. Por se tratar de uma solicitação rotineira, não há necessidade de um planejamento para antecipar o orçamento para esse momento, sendo assim elaborado no Termo de Referência.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. Os estudos preliminares evidenciam que à contratação de empresa para fornecimento de material para manutenção de bens imóveis, ferramentas, material elétrico eletrônico, máquinas e equipamentos energéticos e material de acondicionamento e embalagem, para atendimento das demandas dos órgãos do poder executivo do município de Niquelândia, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

9. MAPA DE RISCOS

RISCO 01: Descumbrimento da legislação vigente	
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Dano: Descumbrimento dos prazos de entrega.	
Ação Preventiva: Planejar as demandas, para que sejam solicitadas em tempo hábil de entrega.	Responsável: Gestor da Secretaria solicitante



Ação de Contingência: Providenciar as solicitações com planejamento	Responsável: Gestor da Secretaria solicitante
--	---

10 - RESULTADOS PRETENDIDOS E RISCOS

Assim como toda contratação, vislumbram-se alguns riscos em curso na Presente contratação. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados para gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.

11 - PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de:

a) adequação do ambiente físico, uma vez que não haverá prestação de serviço nas dependências da contratada;

b) capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, uma vez que a Administração já possui experiência com relação a esse objeto.

Impacto ambiental:

Considerando a natureza da prestação de serviço, não há previsão de impactos ambientais.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. As demais regras e procedimentos para a realização dos pagamentos serão determinados e descritos no Termo de Referência.

13. PREVISÃO ORÇAMENTARIA

12.1. As despesas relativas às aquisições decorrentes desta licitação serão suportadas pela dotação orçamentária do ano de 2024 do Município de Niquelândia, descrita no Termo de Referência.

14. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO.

14.1. Não é possível separar os itens tendo em vista que pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente na dificuldade de gerenciamento dos serviços prestados.



15 - VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Não se verifica a viabilidade de parcelamento da solução, em razão da indivisibilidade do objeto, de forma que o objeto poderá ser atendido absolutamente por um mesmo fornecedor do ramo.

Niquelândia, 09 de setembro de 2024

Rodolfo Luiz Braz Braga

Secretário de Agricultura

Segundo Pereira Filho

Secretário de Urbanismo

Lucas Souza Moraes

Secretário de Viação e Obras Públicas

André Rosa de Aguiar

Secretário de Meio Ambiente

Márcia Alves Vila Nova da Silva

Secretária de Cultura

De acordo em ____/____/____

Francisco Ferreira da Silva
Gestor do Executivo Municipal



TERMO DE REFERÊNCIA
Serviços Lei nº 14.133/21

1. ORGÃO INTERESSADO E LOCALIZAÇÃO

1.1. FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

1.1.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

1.1.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

1.1.4. SECRETARIA DE MUNICIPAL DE CULTURA

1.1.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

2. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

2.1. André Rosa de Aguiar - Secretário de Meio Ambiente

2.1.2. Lucas Souza Morais - Secretário de Viação e Obras Públicas

2.1.3. Segundo Pereira Filho - Secretário de Urbanismo

2.1.4. Márcia Alves Vila Nova da Silva - Secretária de Cultura

2.1.5. Rodolfo Luiz Braz Braga - Secretário de Agricultura

3. DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa para fornecimento de material para manutenção de bens imóveis, ferramentas, material elétrico eletrônico, maquinas e equipamentos energéticos e material de acondicionamento e embalagem, para atendimento das demandas dos órgãos do poder executivo do município de Niquelândia, de acordo com as condições, especificações e quantitativos, estabelecidos neste Termo de Referência.

ITEM	NOME/DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	MEDIDA
1	TINTA ACRILICA 18 LITROS	387	UNIDADE
2	THINNER 5 LTS	195	GALÃO
3	ESMALTE SINTETICO 3.600 L	130	GALÃO
4	LIXA Nº100	170	UNIDADE
5	AREIA GROSSA	520	METRO CUBICO
6	ARAME RECOZIDO Nº 14	450	KILO
7	POSTE CONCRETO DT TIPO B/BT 300 A 3000 DAN, POSTE DUPLO T TIPO B	3	UNIDADE
8	CRUZETA METALICA 2,40MT	15	UNIDADE
9	PEDRA BRITADA Nº 1	140	METRO CUBICO
10	VIDIA BROCA 1/4.	5	PEÇA
11	VIDIA BROCA 3/16	5	PEÇA
12	BROCA DE AÇO RAPIDO 1/4	5	PEÇA
13	LÂMINA PARA SEGUETA	70	PEÇA
14	TAMBOR METALICO DE 200 LITROS MODELO DE ACORDO COM A NORMA DA ANP, COM 1 TAMPA DE 6 CM E OUTRA DE 2,5 CM, COLETA DE GARRAFAS.	40	UNIDADE



15	TAMBORES DE PLÁSTICO DE 200 L COM TAMPA REMOVIVEL E LACRE, ALTURA 94 CM, LARGURA 60CM- PARA COLETA DE ORGANICOS	40	UNIDADE
16	SACOS BIG BAG DE TECIDOS POLIPROPILENO, CAPACIDADE 1000 KG DIMENSÕES: 120X90X90, FATOR 5.1 SEGURANÇA	60	UNIDADE
17	CONTAINER - CAPACIDADE 1000 LITROS -DIMENSOES: A GRADE (1045 MM), A PALETE (120 MM), C (1200 MM), L (1000 MM), ALTURA VALVULA PARA VAZÃO, TAMPA ROSQUEADA E RESERVATORIO COM GRADUAÇÃO ARMAÇÃO E PALLET EM METAL MATERIAL EM PLASTICO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, CERTIFICADO PELO INMETRO	15	UNIDADE
18	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR MEDIDAS 533X330X285MM	6	UNIDADE
19	GALÃO DE 5 LITROS, COM TAMPA E ALÇA, PLASTICO PET DESCARTAVEL LIVRE DE BPA	500	UNIDADE
20	PEDRA RACHÃO Nº 40	90	METRO CUBICO
21	MALHA DE FERRO 4.0 3X2 X10	50	UNIDADE
22	CONCRETO USINADO	25	METRO CUBICO
23	BARRA DE FERRO 1/4	20	BARRA
24	TUBO DE CONCRETO ARMADO, 1,00 X 0,80 METROS	180	PEÇA
25	TUBO DE CONCRETO PERFURADO 0,30MM X 1,00MT	60	PEÇA
26	MANGUEIRA POLIETILENO 1 1/4	5000	METRO
27	UNIAO INTERNA 1 1/4 PVC	100	UNIDADE
28	ARGAMASSA 20 KG AC1	250	PACOTE
29	MASSA PVA (MASSA CORRIDA)25 KG	300	CAIXA
30	COLUNA DE FERRO 5/16	100	UNIDADE
31	TRELIÇA 12 M 3/4	124	BARRA
32	TIJOLO CERÂMICO MACIÇO 5X10X20 CM	15000	UNIDADE
33	PINCEL PARA PINTURA 3 CM	40	UNIDADE
34	FITA CREPE PARA PINTURA 25MMX50MM	320	UNIDADE
35	VERNIZ 5 LITROS	100	UNIDADE
36	TINTA DE DEMARCAÇÃO VIARIA 18 L	100	LATA
37	TABUA 3MX30CM	100	UNIDADE
38	IMPERMEABILIZANTE VEDACIT OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE, BALDE COM 18 L	200	BALDE
39	MANILHA 1000	500	UNIDADE
40	MANILHA 80	500	UNIDADE
41	AREIA MEDIA	500	METRO CUBICO
42	PEDRA BRITADA Nº 0	300	METRO CUBICO
43	CIMENTO CII - F -32 50 KG	1070	SACO
44	ARGAMASSA 20 KG AC2	204	UNIDADE
45	CANAleta DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29CM	1986	UNIDADE
46	CANAleta DE CONCRETO SIMPLES TIPO MEIA CANA 30CM DE DIAMETRO PARA AGUA PLUVIAL	30	UNIDADE
47	TUBO PVC 75 MM (ESGOTO)	10	BARRA
48	TUBO PVC 100 MM (ESGOTO)	50	UNIDADE
49	CURVA PVC LONGA 45 GRAUS 100MM	50	UNIDADE
50	CURVA PVC LONGA 45 GRAUS 75MM	50	UNIDADE
51	MEIO FIO PRE MOLDADO 1M 30X12/15CM	21	METRO
52	PREGO 17X27	100	KILO
53	ESTACA DE MADEIRA 1,20M EUCALIPTO	300	UNIDADE
54	SARRAFO (MADEIRA)2,5X1,19MM	300	METRO
55	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA PARA FORMA DECONCRETO 2,2X1,19MM	100	UNIDADE
56	CANO DE ¾ PVC SOLDABEL	20	BARRA
57	CANO 1/2 PVC SOLDABEL	20	BARRA
58	CONEXAO TE LL 3/4 PVC SOLDABEL 25MM	70	UNIDADE



59	JOELHO LR 3/4 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
60	LUVA LR DE 25 X 3/4 - PVC	30	UNIDADE
61	JOELHO LL 1/2 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
62	LUVA LL1/2 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
63	JOELHO LR 1/2 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
64	LUVA LR 1/2 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
65	CONEXAO TE LL 1/2 PVC SOLDABEL	30	UNIDADE
66	LUVA DE ANEL DE CORRER 3/4 PVC	30	UNIDADE
67	LUVA DE ANEL DE CORRER 1/2 PVC	30	UNIDADE
68	LUVA DE ANEL DE CORRER 50MM	30	UNIDADE
69	JOELHO 50MM LL PVC SOLDABEL	50	UNIDADE
70	REDUCAO DE 3/4 PARA 1/2 SOLDABEL	30	UNIDADE
71	TORNEIRA DE LAVATORIO PVC	50	UNIDADE
72	TORNEIRA DE JARDIM MEDIDA 1/2, EM PVC, COR PRETA	50	UNIDADE
73	TORNEIRA DE PVC PARA TANQUE	50	UNIDADE
74	REGISTRO SOLDABEL PVC 3/4	30	UNIDADE
75	REGISTRO SOLDABEL PVC 1/2	30	UNIDADE
76	REGISTRO SOLDABEL PVC 50MM	30	UNIDADE
77	COLA PVC (BOTIJAO DE 175 GR)	30	UNIDADE
78	BOIA (TAM 25MM) - PARA CAIXA D'AGUA	31	UNIDADE
79	CAIXA DE DESCARGA 9 L	30	UNIDADE
80	CANO 50MM PVC SOLDABEL	20	BARRA
81	JOELHO 3/4 PVC SOLDABEL 25MM	70	UNIDADE
82	LUVA 3/4 PVC SOLDABEL 25MM	70	UNIDADE
83	CONEXAO TE LL 50MM PVC SOLDABEL	50	UNIDADE
84	LUVA LL DE PVC DE 50MM	50	UNIDADE
85	FIO FLEXIVEL 2,5MM ROLO COM 100 METROS	8	ROLO
86	FIO FLEXIVEL 6MM ROLO COM 100MTS.	20	ROLO
87	TOMADA EXTERNA 10 AMPERES 1 POLO	54	UND
88	SOQUETE DE RABICHO E 27	50	UNIDADE
89	LAMAPADA DE LED 70W	62	UNIDADE
90	FITA ISOLANTE 3MMX10M	20	UNIDADE
91	INTERRUPTOR COM TRES APAGADORES	5	UNIDADE
92	INTERRUPTOR COM 2 APAGADORES	3	UNIDADE
93	INTERRUPTOR COM 1 APAGADOR	8	UNIDADE
94	LAMPADA LED BULBO 40W	35	UNIDADE
95	DISJUNTOR TRIFÁSICO 32 AMPERES	6	UNIDADE
96	ROLDANA PVC 102	100	UNIDADE
97	REFLETOR DE 100 WTS	5	UNIDADE
98	FITA ISOLANTE, PRETA, ROLO COM 19MMX20M	6	UNIDADE
99	VERNIZ SPRAY 400 ML	33	UNIDADE
100	AGUA RAZ 100 ML	20	UNIDADE
101	FECHADURA EXTERNA STAM 1801/21 OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE	5	UNIDADE
102	CORANTE LIQUIDO XADREZ 50 ML- CORES VARIADAS	180	UNIDADE
103	MADEIRITE EM FOLHA DE 1 CM - PRETO	10	PLACA
104	COLA CASCOREZ 1KG	30	UNIDADE
105	BUCHA DE PAREDE S-8 COM PARAFUSO	200	UND
106	PARAFUSO 40X30	200	UNIDADE
107	ARRUELA METALICA 1/8	100	UNIDADE
108	PREGO 15X15	5	KILO



109	LIGAÇÃO REPARADORA PARA MANGUEIRA 1/2	1	UNIDADE
110	CAIXA ESMALTADA 4X2 CHAPA 18	1	UNIDADE
111	PREGO 18/24	5	KILO
112	BUCHA DE REDUÇÃO 25/2	50	UNIDADE
113	LUVA LL SOLDABEL 3/4	5	UNIDADE
114	TABUA 1,5X4X2M	100	UNIDADE
115	TABUA 1,8X4X2M	100	UNIDADE
116	DOBRADIÇA 2 POLEGADAS	40	UNIDADE
117	BUCHA DE PAREDE S-6 COM PARAFUSO	100	UND
118	PISTOLA DE COLA QUENTE PROFISSIONAL, DE METAL 150 W	10	UNIDADE
119	VERNIZ 900ML	20	UNIDADE
120	TINTA PARA PISO 18 LITROS	2	UNIDADE
121	FITA CREPE PARA PINTURA 50MM X 50M	2	UNIDADE
122	CAL VIRGEM COMUM 20KG	180	SACO
123	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23 CM SEM SUPORTE	48	UNIDADE
124	CABO PARA ROLO DE PINTURA ENGAIOLADO. 23CM.	8	UNIDADE
125	CABO PARA ROLO DE PINTURA PROLONGADOR TELESCÓPICO, EXTENSOR ATÉ 3 METROS, MATERIAL EM AÇO.	4	UNIDADE
126	MASSA PVA (MASSA CORRIDA)18 LITROS	5	CAIXA
127	PINCEL PARA PINTURA 04 POLEGADAS	10	UNIDADE
128	AREIA FINA	50	METRO CUBICO
129	TABUA 4 MTS COMP X 30 LARG X 5 CM ESP -) PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO ,PARA FORRO	800	UNIDADE
130	TABUA 6 MTS COMP X 30 LARG X 5 CM ESP -) PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO ,PARA FORRO	300	UNIDADE
131	TABUA DE PINUS PARA ESCORAMENTO 4 MTS.	4000	UNIDADE
132	TABUA 7 MTS COMP X 30 LARG X 5 CM ESP -) PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO, (RODA PNEU)	300	UNIDADE
133	GUARDA PÓ 8MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	80	UNIDADE
134	GUARDA PÓ 7 MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	80	UNIDADE
135	GUARDA PÓ 9MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	80	UNIDADE
136	PRANCHA DE MADEIRA 4MT 30 LARG - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	4000	PEÇA
137	VIGAS 7MT 25X25 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE
138	VIGAS 8MT 25X25 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE
139	VIGAS 6MT 25X25 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE
140	QUADRADO DE MADEIRA 6MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE
141	QUADRADO DE MADEIRA 8MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE
142	BARRA ROSQUEADA 5/8	1000	BARRA
143	PORCA SEXTAVADA 5/8"	6000	UNIDADE
144	ARRUELA 5/8	6000	UNIDADE
145	BARRA CHATA DE 6 MTS 2/5X1/4	400	BARRA
146	BARRA CHATA DE FERRO 1020 2,5X 1/4	6000	BARRA
147	PREGO 18X30	200	KILO
148	PREGO 25X72	320	KILO
149	PREGO 20X30	80	KILO
150	ESCORA ROLIÇA TIPO EUCALIPTO DE 4 METROS COM 20 DE DIÂMETRO	500	UNIDADE
151	CABO DE AÇO "1" GALVANIZADO	1000	METRO
152	CABO DE AÇO 5/8 GALVANIZADO	600	METRO



4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Niquelândia por intermédio da Secretaria de Viação e Obras Públicas vem prestando serviços em reformas e construção de pontes e bueiros em diversas partes da zona rural e urbana, a secretaria de Cultura faz trabalhos de confecção de artesanatos e os demais matérias serão utilizados na manutenção de alguns prédios que são de responsabilidade da respectiva secretaria, a secretaria de Meio Ambiente é responsável pelo espaço do lixão do município, com isso realiza a inserção de dispositivos de drenagem de gases como forma de mitigar a formação de bolsões de gás no interior do maciço onde houver o acúmulo de RSU, a secretaria de Urbanismo realizará reformas de calçadas, construção de meio-fio, construção de bueiros, revitalização de praças, pintura de faixa de pedestres e pinturas das unidades dos prédios municipais em t em com vigência até a data de 31 de dezembro de 2024, desse modo, faz se necessária a contratação para dar continuidade a prestação do serviço.

Por tudo, justifica-se a aquisição do objeto solicitado.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A descrição da solução como um todo, conforme pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, abrange que a contratação da solução ora descrita, ou seja, Contratação de empresa para prestação de serviço de propaganda volante através de carro de som para atendimento das demandas dos órgãos do poder executivo do município de Niquelândia, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A empresa interessada deverá apresentar para o item ofertado, as respectivas especificações técnicas mínimas, suficientes para julgamentos coerentes entre si.

6.2. No preço deverá estar inclusos todas as despesas referentes à mão-de-obra, transportes, equipamentos auxiliares, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, contribuições para a Previdência Social e demais despesas diretas ou indiretas inerentes aos serviços e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução de entrega do objeto do instrumento contratual, inclusive quanto à criação de novos encargos.

6.3. Ser apresentada com cotação de preço fixo e irrevogável, expresso em R\$ (reais), com apenas duas casas decimais, tanto por extenso e em algarismos, prevalecendo este valor sobre aquele em caso de divergência.

6.4. O julgamento obedecerá ao critério de Menor Preço Global, conforme descrição para o objeto deste Termo, tendo como critério de aceitabilidade o preço realizado através pesquisa realizada nos termos da Lei 14.133/21.



6.5. O prazo de validade das propostas apresentadas em caso de inclusão, exclusão, entre outros, não poderão ser inferiores a 60 (dias) contados da data da sua apresentação.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

7.1. A execução do contrato será iniciada imediatamente, após sua assinatura, e terá vigência até 31 de dezembro de 2024.

7.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/93, desde que a contratada tenha cumprido fielmente as cláusulas contratuais.

7.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.1.3.1. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

8.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e



comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas junto ao responsável pela contratação, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

8.1.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser verificado regularidade fiscal da empresa.

8.1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

9.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anota das tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.4. A fiscalização da presente contratação será de responsabilidade dos servidores: Alzira Espirito Santo de Oliveira Silva, Vanderley Araujo Aragão, João Alves da Silva, Divina Rodrigues da Silva e Ana Flavia Mendes de Moraes, os quais competirá todas as atribuições competentes a função.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.2.1. Efetiva realização dos serviços contratados na data marcada e nas condições pré-estabelecidas na proposta comercial e neste termo de referência;

9.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções



cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.3.1. não produziu os resultados acordados;

9.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

10.4. DO RECEBIMENTO

10.4.1. As aquisições serão recebidas provisoriamente, no prazo máximo de até 03 (três) dias, contado a partir da emissão da Autorização de Entrega da Secretaria solicitante.

10.4.2. O contratante realizará inspeção minuciosa nos serviços prestados a secretaria.

10.4.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a entrega dos produtos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.5. As aquisições poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.6. As aquisições serão recebidas definitivamente no prazo estabelecido neste termo, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e conseqüente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

10.6.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.6.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, a ser definido pelo presidente da comissão de licitação.

11.2. As empresas interessadas deverão observar, na formulação de suas propostas, todas especificações constantes neste termo.

11.3. Os serviços serão prestados pelo preço constante da proposta da Contratada, que será fixo e irrevogável, devendo englobar todas as despesas relativas à execução do objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, taxas, fretes, remunerações, despesas fiscais, financeiras e quaisquer outras extras e

necessárias, julgadas essenciais ao seu cumprimento.

11.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.5. Para aceitação da proposta, serão considerados os valores dos Prêmios.

12. ESTIMAVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 8.723.681,77 (oito milhões setecentos e vinte e três mil seiscentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos), conforme proposta encaminhada e anexa.

	NOME/DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	MEDIDA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	TINTA ACRILICA 18 LITROS	387	UNIDADE	R\$ 228,03	R\$ 88.246,64
2	THINNER 5 LTS	195	GALÃO	R\$ 91,39	R\$ 17.820,56
3	ESMALTE SINTETICO 3.600 L	130	GALÃO	R\$ 104,99	R\$ 13.648,70
4	LIXA Nº100	170	UNIDADE	R\$ 1,93	R\$ 327,25
5	AREIA GROSSA	520	METRO CUBICO	R\$ 209,76	R\$ 109.075,20
6	ARAME RECOZIDO Nº 14	450	KILO	R\$ 23,81	R\$ 10.714,50
7	POSTE CONCRETO DT TIPO B/BT 300 A 3000 DAN, POSTE DUPLO T TIPO B	3	UNIDADE	R\$ 1.365,00	R\$ 4.095,00
8	CRUZETA METALICA 2,40MT	15	UNIDADE	R\$ 658,68	R\$ 9.880,15
9	PEDRA BRITADA Nº 1	140	METRO CUBICO	R\$ 170,36	R\$ 23.850,05
10	VIDIA BROCA 1/4.	5	PEÇA	R\$ 23,62	R\$ 118,10
11	VIDIA BROCA 3/16	5	PEÇA	R\$ 15,61	R\$ 78,04
12	BROCA DE AÇO RAPIDO 1/4	5	PEÇA	R\$ 33,36	R\$ 166,78
13	LÂMINA PARA SEGUETA	70	PEÇA	R\$ 11,44	R\$ 800,98
14	TAMBOR METALICO DE 200 LITROS MODELO DE ACORDO COM A NORMA DA ANP, COM 1 TAMPA DE 6 CM E OUTRA DE 2,5 CM, COLETA DE GARRAFAS.	40	UNIDADE	R\$ 180,11	R\$ 7.204,40
15	TAMBORES DE PLÁSTICO DE 200 L COM TAMPA REMOVIVEL E LACRE, ALTURA 94 CM, LARGURA 60CM- PARA COLETA DE ORGANICOS	40	UNIDADE	R\$ 221,33	R\$ 8.853,33
16	SACOS BIG BAG DE TECIDOS POLIPROPILENO, CAPACIDADE 1000 KG DIMENSÕES: 120X90X90, FATOR 5.1 SEGURANÇA	60	UNIDADE	R\$ 51,44	R\$ 3.086,60



17	CONTAINER - CAPACIDADE 1000 LITROS -DIMENSOES: A GRADE (1045 MM), A PALETE (120 MM), C (1200 MM), L (1000 MM), ALTURA VALVULA PARA VAZÃO, TAMPA ROSQUEADA E RESERVATORIO COM GRADUAÇÃO ARMAÇÃO E PALLET EM METAL MATERIAL EM PLASTICO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, CERTIFICADO PELO INMETRO	15	UNIDADE	R\$ 822,22	R\$ 12.333,35
18	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR MEDIDAS 533X330X285MM	6	UNIDADE	R\$ 43,84	R\$ 263,01
19	GALÃO DE 5 LITROS , COM TAMPA E ALÇA, PLASTICO PET DESCARTAVEL LIVRE DE BPA	500	UNIDADE	R\$ 17,80	R\$ 8.900,00
20	PEDRA RACHÃO Nº 40	90	METRO CUBICO	R\$ 210,00	R\$ 18.900,00
21	MALHA DE FERRO 4.0 3X2 X10	50	UNIDADE	R\$ 64,78	R\$ 3.238,83
22	CONCRETO USINADO	25	METRO CUBICO	R\$ 560,11	R\$ 14.002,75
23	BARRA DE FERRO 1/4	20	BARRA	R\$ 28,03	R\$ 560,65
24	TUBO DE CONCRETO ARMADO, 1,00 X 0,80 METROS	180	PEÇA	R\$ 251,44	R\$ 45.259,80
25	TUBO DE CONCRETO PERFURADO 0,30MM X 1,00MT	60	PEÇA	R\$ 326,11	R\$ 19.566,60
26	MANGUEIRA POLIETILENO 1 1/4	5000	METRO	R\$ 6,18	R\$ 30.887,50
27	UNIAO INTERNA 1 1/4 PVC	100	UNIDADE	R\$ 4,95	R\$ 495,25
28	ARGAMASSA 20 KG AC1	250	PACOTE	R\$ 17,17	R\$ 4.292,50
29	MASSA PVA (MASSA CORRIDA)25 KG	300	CAIXA	R\$ 52,53	R\$ 15.758,25
30	COLUNA DE FERRO 5/16	100	UNIDADE	R\$ 109,97	R\$ 10.996,75
31	TRELIÇA 12 M 3/4	124	BARRA	R\$ 43,28	R\$ 5.367,03
32	TIJOLO CERÂMICO MACIÇO 5X10X20 CM	15000	UNIDADE	R\$ 1,37	R\$ 20.512,50
33	PINCEL PARA PINTURA 3 CM	40	UNIDADE	R\$ 20,02	R\$ 800,70
34	FITA CREPE PARA PINTURA 25MMX50MM	320	UNIDADE	R\$ 16,60	R\$ 5.312,80
35	VERNIZ 5 LITROS	100	UNIDADE	R\$ 394,20	R\$ 39.420,00
36	TINTA DE DEMARCAÇÃO VIARIA 18 L	100	LATA	R\$ 433,27	R\$ 43.327,00
37	TABUA 3MX30CM	100	UNIDADE	R\$ 118,08	R\$ 11.807,50
38	IMPERMEABILIZANTE VEDACIT OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE, BALDE COM 18 L	200	BALDE	R\$ 299,04	R\$ 59.808,50
39	MANILHA 1000	500	UNIDADE	R\$ 338,24	R\$ 169.118,75
40	MANILHA 80	500	UNIDADE	R\$ 373,13	R\$ 186.562,50
41	AREIA MEDIA	500	METRO CUBICO	R\$ 199,89	R\$ 99.946,25
42	PEDRA BRITADA Nº 0	300	METRO CUBICO	R\$ 182,08	R\$ 54.624,00
43	CIMENTO CII - F -32 50 KG	1070	SACO	R\$ 39,17	R\$ 41.906,55
44	ARGAMASSA 20 KG AC2	204	UNIDADE	R\$ 34,87	R\$ 7.112,97
45	CANAleta DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29CM	1986	UNIDADE	R\$ 11,02	R\$ 21.890,69



46	CANAleta DE CONCRETO SIMPLES TIPO MEIA CANA 30CM DE DIAMETRO PARA AGUA PLUVIAL	30	UNIDADE	R\$ 27,50	R\$ 825,00
47	TUBO PVC 75 MM (ESGOTO)	10	BARRA	R\$ 51,69	R\$ 516,93
48	TUBO PVC 100 MM (ESGOTO)	50	UNIDADE	R\$ 79,00	R\$ 3.950,00
49	CURVA PVC LONGA 45 GRAUS 100MM	50	UNIDADE	R\$ 58,68	R\$ 2.933,88
50	CURVA PVC LONGA 45 GRAUS 75MM	50	UNIDADE	R\$ 46,45	R\$ 2.322,25
51	MEIO FIO PRE MOLDADO 1M 30X12/15CM	21	METRO	R\$ 35,97	R\$ 755,30
52	PREGO 17X27	100	KILO	R\$ 22,80	R\$ 2.279,75
53	ESTACA DE MADEIRA 1,20M EUCALIPTO	300	UNIDADE	R\$ 17,50	R\$ 5.250,00
54	SARRAFO (MADEIRA)2,5X1,19MM	300	METRO	R\$ 3,42	R\$ 1.025,00
55	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA PARA FORMA DECONCRETO 2,2X1,19MM	100	UNIDADE	R\$ 112,95	R\$ 11.295,00
56	CANO DE 3/4 PVC SOLDAREL	20	BARRA	R\$ 31,81	R\$ 636,15
57	CANO 1/2 PVC SOLDAREL	20	BARRA	R\$ 18,53	R\$ 370,50
58	CONEXAO TE LL 3/4 PVC SOLDAREL 25MM	70	UNIDADE	R\$ 3,01	R\$ 210,35
59	JOELHO LR 3/4 PVC SOLDAREL	30	UNIDADE	R\$ 6,18	R\$ 185,40
60	LUVA LR DE 25 X 3/4 - PVC	30	UNIDADE	R\$ 3,74	R\$ 112,28
61	JOELHO LL 1/2 PVC SOLDAREL	30	UNIDADE	R\$ 5,09	R\$ 152,78
62	LUVA LL1/2 PVC SOLDAREL	30	UNIDADE	R\$ 2,71	R\$ 81,15
63	JOELHO LR 1/2 PVC SOLDAREL	30	UNIDADE	R\$ 2,63	R\$ 78,90
64	LUVA LR 1/2 PVC SOLDAREL	30	UNIDADE	R\$ 2,48	R\$ 74,48
65	CONEXAO TE LL 1/2 PVC SOLDAREL	30	UNIDADE	R\$ 4,00	R\$ 120,00
66	LUVA DE ANEL DE CORRER 3/4 PVC	30	UNIDADE	R\$ 12,70	R\$ 380,93
67	LUVA DE ANEL DE CORRER 1/2 PVC	30	UNIDADE	R\$ 11,73	R\$ 351,75
68	LUVA DE ANEL DE CORRER 50MM	30	UNIDADE	R\$ 25,76	R\$ 772,73
69	JOELHO 50MM LL PVC SOLDAREL	50	UNIDADE	R\$ 4,98	R\$ 249,13
70	REDUCAO DE 3/4 PARA 1/2 SOLDAREL	30	UNIDADE	R\$ 4,72	R\$ 141,45
71	TORNEIRA DE LAVATORIO PVC	50	UNIDADE	R\$ 25,39	R\$ 1.269,63
72	TORNEIRA DE JARDIM MEDIDA 1/2, EM PVC, COR PRETA	50	UNIDADE	R\$ 9,12	R\$ 456,00
73	TORNEIRA DE PVC PARA TANQUE	50	UNIDADE	R\$ 18,01	R\$ 900,38
74	REGISTRO SOLDAREL PVC 3/4	30	UNIDADE	R\$ 30,93	R\$ 927,98
75	REGISTRO SOLDAREL PVC 1/2	30	UNIDADE	R\$ 24,95	R\$ 748,50
76	REGISTRO SOLDAREL PVC 50MM	30	UNIDADE	R\$ 82,80	R\$ 2.484,00
77	COLA PVC (BOTIJAO DE 175 GR)	30	UNIDADE	R\$ 19,80	R\$ 594,00
78	BOIA (TAM 25MM) - PARA CAIXA D'AGUA	31	UNIDADE	R\$ 17,52	R\$ 543,04
79	CAIXA DE DESCARGA 9 L	30	UNIDADE	R\$ 43,37	R\$ 1.301,10



80	CANO 50MM PVC SOLDABEL	20	BARRA	R\$ 31,63	R\$ 632,65
81	JOELHO 3/4 PVC SOLDABEL 25MM	70	UNIDADE	R\$ 4,77	R\$ 334,08
82	LUVA 3/4 PVC SOLDABEL 25MM	70	UNIDADE	R\$ 1,38	R\$ 96,43
83	CONEXAO TE LL 50MM PVC SOLDABEL	50	UNIDADE	R\$ 12,41	R\$ 620,38
84	LUVA LL DE PVC DE 50MM	50	UNIDADE	R\$ 6,32	R\$ 315,88
85	FIO FLEXIVEL 2,5MM ROLO COM 100 METROS	8	ROLO	R\$ 237,98	R\$ 1.903,86
86	FIO FLEXIVEL 6MM ROLO COM 100MTS.	20	ROLO	R\$ 519,32	R\$ 10.386,35
87	TOMADA EXTERNA 10 AMPERES 1 POLO	54	UND	R\$ 12,67	R\$ 684,32
88	SOQUETE DE RABICHO E 27	50	UNIDADE	R\$ 5,14	R\$ 257,13
89	LAMAPADA DE LED 70W	62	UNIDADE	R\$ 82,93	R\$ 5.141,82
90	FITA ISOLANTE 3MMX10M	20	UNIDADE	R\$ 15,94	R\$ 318,80
91	INTERRUPTOR COM TRES APAGADORES	5	UNIDADE	R\$ 18,91	R\$ 94,56
92	INTERRUPTOR COM 2 APAGADORES	3	UNIDADE	R\$ 18,00	R\$ 54,00
93	INTERRUPTOR COM 1 APAGADOR	8	UNIDADE	R\$ 10,08	R\$ 80,62
94	LAMPADA LED BULBO 40W	35	UNIDADE	R\$ 28,30	R\$ 990,50
95	DISJUNTOR TRIFÁSICO 32 AMPERES	6	UNIDADE	R\$ 49,76	R\$ 298,56
96	ROLDANA PVC 102	100	UNIDADE	R\$ 1,90	R\$ 189,50
97	REFLETOR DE 100 WTS	5	UNIDADE	R\$ 58,49	R\$ 292,43
98	FITA ISOLANTE, PRETA, ROLO COM 19MMX20M	6	UNIDADE	R\$ 13,11	R\$ 78,65
99	VERNIZ SPRAY 400 ML	33	UNIDADE	R\$ 30,38	R\$ 1.002,38
100	AGUA RAZ 100 ML	20	UNIDADE	R\$ 23,80	R\$ 476,05
101	FECHADURA EXTERNA STAM 1801/21 OU SIMILAR DE MELHOR QUALIDADE	5	UNIDADE	R\$ 69,78	R\$ 348,91
102	CORANTE LIQUIDO XADREZ 50 ML- CORES VARIADAS	180	UNIDADE	R\$ 8,53	R\$ 1.535,85
103	MADEIRITE EM FOLHA DE 1 CM - PRETO	10	PLACA	R\$ 124,30	R\$ 1.243,00
104	COLA CASCOREZ 1KG	30	UNIDADE	R\$ 32,93	R\$ 987,75
105	BUCHA DE PAREDE S-8 COM PARAFUSO	200	UND	R\$ 0,41	R\$ 81,00
106	PARAFUSO 40X30	200	UNIDADE	R\$ 0,53	R\$ 106,67
107	ARRUELA METALICA 1/8	100	UNIDADE	R\$ 0,86	R\$ 86,25
108	PREGO 15X15	5	KILO	R\$ 21,54	R\$ 107,69
109	LIGAÇÃO REPARADORA PARA MANGUEIRA 1/2	1	UNIDADE	R\$ 3,67	R\$ 3,67
110	CAIXA ESMALTADA 4X2 CHAPA 18	1	UNIDADE	R\$ 7,12	R\$ 7,12
111	PREGO 18/24	5	KILO	R\$ 21,13	R\$ 105,66
112	BUCHA DE REDUÇÃO 25/2	50	UNIDADE	R\$ 7,28	R\$ 363,75
113	LUVA LL SOLDABEL 3/4	5	UNIDADE	R\$ 1,62	R\$ 8,11
114	TABUA 1,5X4X2M	100	UNIDADE	R\$ 19,34	R\$ 1.933,50
115	TABUA 1,8X4X2M	100	UNIDADE	R\$ 21,09	R\$ 2.108,50
116	DOBRADIÇA 2 POLEGADAS	40	UNIDADE	R\$ 9,26	R\$ 370,20



117	BUCHA DE PAREDE S-6 COM PARAFUSO	100	UND	R\$ 1,36	R\$ 136,25
118	PISTOLA DE COLA QUENTE PROFISSIONAL, DE METAL 150 W	10	UNIDADE	R\$ 133,19	R\$ 1.331,90
119	VERNIZ 900ML	20	UNIDADE	R\$ 44,12	R\$ 882,35
120	TINTA PARA PISO 18 LITROS	2	UNIDADE	R\$ 204,94	R\$ 409,87
121	FITA CREPE PARA PINTURA 50MM X 50M	2	UNIDADE	R\$ 21,98	R\$ 43,95
122	CAL VIRGEM COMUM 20KG	180	SACO	R\$ 29,45	R\$ 5.301,00
123	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23 CM SEM SUPORTE	48	UNIDADE	R\$ 32,43	R\$ 1.556,52
124	CABO PARA ROLO DE PINTURA ENGAIOLADO. 23CM.	8	UNIDADE	R\$ 15,85	R\$ 126,76
125	CABO PARA ROLO DE PINTURA PROLONGADOR TELESCÓPICO, EXTENSOR ATÉ 3 METROS, MATERIAL EM AÇO.	4	UNIDADE	R\$ 53,20	R\$ 212,80
126	MASSA PVA (MASSA CORRIDA)18 LITROS	5	CAIXA	R\$ 48,05	R\$ 240,25
127	PINCEL PARA PINTURA 04 POLEGADAS	10	UNIDADE	R\$ 15,61	R\$ 156,08
128	AREIA FINA	50	METRO CUBICO	R\$ 220,38	R\$ 11.019,13
129	TABUA 4 MTS COMP X 30 LARG X 5 CM ESP -) PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO ,PARA FORRO	800	UNIDADE	R\$ 266,50	R\$ 213.200,00
130	TABUA 6 MTS COMP X 30 LARG X 5 CM ESP -) PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO ,PARA FORRO	300	UNIDADE	R\$ 399,75	R\$ 119.925,00
131	TABUA DE PINUS PARA ESCORAMENTO 4 MTS.	4000	UNIDADE	R\$ 59,84	R\$ 239.373,33
132	TABUA 7 MTS COMP X 30 LARG X 5 CM ESP -) PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO, (RODA PNEU)	300	UNIDADE	R\$ 466,38	R\$ 139.912,50
133	GUARDA PÓ 8MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	80	UNIDADE	R\$ 1.230,00	R\$ 98.400,00
134	GUARDA PÓ 7 MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	80	UNIDADE	R\$ 1.076,25	R\$ 86.100,00
135	GUARDA PÓ 9MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	80	UNIDADE	R\$ 1.383,75	R\$ 110.700,00
136	PRANCHA DE MADEIRA 4MT 30 LARG - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	4000	PEÇA	R\$ 492,00	R\$ 1.968.000,00
137	VIGAS 7MT 25X25 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE	R\$ 4.663,75	R\$ 932.750,00
138	VIGAS 8MT 25X25 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE	R\$ 5.330,00	R\$ 1.066.000,00
139	VIGAS 6MT 25X25 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE	R\$ 3.997,50	R\$ 799.500,00
140	QUADRADO DE MADEIRA 6MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE	R\$ 922,50	R\$ 184.500,00
141	QUADRADO DE MADEIRA 8MT 15X15 - PEQUI, TUTURUBA OU ROXINHO	200	UNIDADE	R\$ 1.230,00	R\$ 246.000,00



142	BARRA ROSQUEADA 5/8	1000	BARRA	R\$ 33,83	R\$ 33.832,50
143	PORCA SEXTAVADA 5/8"	6000	UNIDADE	R\$ 1,70	R\$ 10.200,00
144	ARRUELA 5/8	6000	UNIDADE	R\$ 1,86	R\$ 11.175,00
145	BARRA CHATA DE 6 MTS 2/5X1/4	400	BARRA	R\$ 119,22	R\$ 47.689,33
146	BARRA CHATA DE FERRO 1020 2,5X 1/4	6000	BARRA	R\$ 121,79	R\$ 730.720,00
147	PREGO 18X30	200	KILO	R\$ 25,15	R\$ 5.029,00
148	PREGO 25X72	320	KILO	R\$ 22,27	R\$ 7.125,60
149	PREGO 20X30	80	KILO	R\$ 21,77	R\$ 1.741,20
150	ESCORA ROLIÇA TIPO EUCALIPTO DE 4 METROS COM 20 DE DIÂMETRO	500	UNIDADE	R\$ 410,00	R\$ 205.000,00
151	CABO DE AÇO "1" GALVANIZADO	1000	METRO	R\$ 76,21	R\$ 76.210,00
152	CABO DE AÇO 5/8 GALVANIZADO	600	METRO	R\$ 67,17	R\$ 40.300,00
VALOR TOTAL				R\$	8.723.681,77

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas com a presente contratação, correrão a cargo da Lei Orçamentária de 2024 na seguinte dotação:

02.0228.26.7016.8040.20240188 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

11.1108.18.7002.8017.20240734 – Fundo Municipal de Meio Ambiente

02.0233.15.7016.8061.20240271 – Secretaria Municipal de Urbanismo

02.0239.20.7017.8059.20240322 – Secretaria Municipal de Agricultura

02.0239.20.7017.8059.20240337 – Secretaria Municipal de Agricultura

02.0240.13.7015.8055.20240344 – Secretaria Municipal de Cultura

14. OUTRAS ESPECIFICAÇÕES

14.1. A Contratada deverá considerar os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço previsto neste Termo.

14.2. O Nível de Serviço será acompanhado e monitorado pelo Fiscal e Gestor do contrato, de acordo com os itens que compõem este Termo.

Niquelândia, 09 de setembro de 2024.

Segundo Pereira Filho

Secretário de Urbanismo



Rodolfo Luiz Braz Braga

Secretário de Agricultura

Lucas Souza Moraes

Secretário de Viação e Obras Públicas

Marcia Alves Vila Nova da Silva

Secretária de Cultura

André Rosa de Aguiar

Secretário de Meio Ambiente



ANEXO II

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(FORA DO ENVELOPE)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL N. ____/____

OBJETO: _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão ____/2024, vem perante Vossa Senhoria credenciar o Sr. _____, documento de identidade _____, como representante qualificado a participar de todos os atos relativos à referida licitação, inclusive com poderes expressos para oferecer lances e apresentar ou desistir da interposição de recursos, nos termos do artigo 165, § inciso I da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

Atenciosamente. _____, _____, _____ de 2024. (local e data)



ANEXO III

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(FORA DO ENVELOPE)

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. ____/____

OBJETO: _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial N. ____/2024, que atendem aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63 da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

_____, _____ de _____ de 2024. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)



ANEXO IV

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(FORA DO ENVELOPE)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA FINS DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA PRERROGATIVA DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR 123/06.

PREGÃO PRESENCIAL N. ____/____

OBJETO: _____

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa enquadra-se na categoria de MICROEMPRESA – ME (OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP), não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações, podendo, assim, usufruir da prerrogativa e do direito de preferência de que tratam os arts. 42 a 45 da citada lei complementar. Por ser a expressão da verdade firmo a presente.

_____, _____ de _____ de 2024. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

*** Esta declaração poderá ser substituída pela apresentação da Certidão Simplificada DA JUNTA COMERCIAL RESPECTIVA**



ANEXO V

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO)

PROPOSTA DE PREÇO

Apresentamos nossa proposta para o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER A PREFEITURA E AS RESPECTIVAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA – GOIÁS**, objeto do processo licitatório Pregão Presencial XXX/2024, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Nome da empresa:					
CNPJ:		Inscrição Estadual:			
Endereço:					
Fones:		Fax:			
Representante Legal:				Cargo:	
Carteira de identidade:		CPF:			
E-mail:					
Nome do banco, agência e número da conta bancária:					

2 ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO LICITADO:

ITE M	DESCRIÇÃO	MARCA MODELO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Discriminação conforme anexo I					
002	Discriminação conforme anexo I					
003	Discriminação conforme anexo I					

3 VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS.

3.1 A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

4 LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

4.1 De acordo com o especificado no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Praça Mestre Dário, nº. 01 - Centro – Niquelândia – GO



4.2 DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que a licitante concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação. Declaramos ainda, que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sócias, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento.

5 ESPECIFICAÇÕES

5.1 Os documentos solicitados abaixo devem ser apresentados juntamente com a Proposta Comercial para a participação dos *itens 37, 114, 115, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141*.

- a. Documento de Origem Florestal (DOF), emitido pelo Sistema DOF para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa conforme Portaria MMA nº 253/2006, somente para os itens de origem florestal (madeiras);
- b. Certificado de Regularidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente para comercialização de madeiras e outros subprodutos florestais, Lei nº. 12.651/2012. (CTF/APP)

_____, ____ de _____ de ____.

RG:

CPF:

função:

Obs.:

A presente proposta deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado do licitante.



ANEXO VI

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO)

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA.

PREGÃO PRESENCIAL N. ____/____

OBJETO: _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial N. ____/2024, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63 da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

_____, _____ de _____ de 2024. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)



ANEXO VII

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ENVELOPE DE HABILITAÇÃO Nº 02)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO PRESENCIAL N. ____/____

OBJETO: _____

DECLARAÇÃO inscrito no CNPJ N....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n..... e do CPF n..... DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial N. ____/2024, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021. Ressalva: emprega menor, partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () (OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

_____, _____ de _____ de 2024. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)



ANEXO VIII

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ENVELOPE DE HABILITAÇÃO Nº 02)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E IDONEIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N. ____/____

OBJETO: _____

Declaramos, em atendimento ao disposto no Edital de Pregão Presencial nº xxxxxxxx, que não existem impedimentos à habilitação para o presente certame. Declaramos ainda, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintes situações: a) Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público; b) Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos três anos; c) Impedida de licitar, de acordo com o § 1º art. 9º da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021 e nos termos do inciso I do art. 63 do mesmo diploma legal, comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e qualificação exigidas no edital.

_____, ____ de ____ de 2024. (local e data)



ANEXO IX

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ENVELOPE DE HABILITAÇÃO Nº 02)

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO

PREGÃO PRESENCIAL N. ____/____

OBJETO: _____

DECLARAÇÃO A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que seus sócios, não possuem em qualquer vínculo com A PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA DE /GO.

_____, _____ de _____ de 2024. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)



ANEXO X

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ENVELOPE DE HABILITAÇÃO Nº 02)

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

PREGÃO PRESENCIAL N. ____/____

OBJETO: _____

DECLARAÇÃO A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

_____, _____ de _____ de 2024. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)



ANEXO XI

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ENVELOPE DE HABILITAÇÃO Nº 02)

DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL N. ____/____

OBJETO: _____

DECLARAÇÃO A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme disposto no inciso VI do art. 67 da Lei N. 14.133, de 1 de abril de 2021.

_____, _____ de _____ de 2024. (local e data)

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)



PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2024
PROCESSO 2024005533

ANEXO XII
MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

Processo Administrativo: #PROCESSO
#MODALIDADE nº. #N_LICIT

O #FUNDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. #CNPJ_FUNDO, com endereço no(a) #END_FUNDO, neste ato representado pelo(a) #CARGO_GESTOR, Senhor(a) #NOME_GESTOR, brasileiro(a), residente e domiciliado(a) nesta cidade, CPF nº. #CPF_GESTOR, Carteira de Identidade nº. #RG_GESTOR, nomeado(a) pela Portaria nº #PORTARIA, doravante designado(a) simplesmente CONTRATANTE, e a empresa #FORNECEDOR, CNPJ nº. #CNPJ_FORNECEDOR, com sede na #END_FORNECEDOR, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) #REPRESENTANTE_FORNECEDOR, portador(a) do CPF nº. #CPF_REPRESENTANTE, RG nº. #RG_REPRESENTANTE, doravante designada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, acordados os termos deste Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Data e Local de assinatura: Lavrado e assinado na cidade de NIQUELÂNDIA-GO, aos #DATA_CONTRATO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente contrato é regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e decorre do(a) #MODALIDADE nº. #N_LICIT, realizado em #DATA_LICIT, conforme consta do Processo Administrativo nº. #PROCESSO.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

1. 1 - O presente contrato tem como objeto #OBJETO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência:

1. 2 - Objeto da Contratação:

1.3 – O fornecimento do objeto licitado de dará de forma parcelada, atendendo sempre a demanda do CONTRATANTE.

1.4 - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- c) A Proposta da CONTRATADA;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



2.1 - O presente contrato terá vigência de #VIGENCIA, iniciando-se em #INICIO e com termino em #FINAL, na forma do Artigo 105 da Lei Federal nº. 14.133/21.

2.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da **CONTRATADA**, previstas neste instrumento.

2.3 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1 - O valor total deste contrato é de R\$ #VL_CONTRATO (#EXTENSO).

3.2 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, avaliados e aceitos pela **CONTRATANTE**.

3.3 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - O valor monetário do presente contrato correrá a cargo da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

GESTAO	UND	FUNCAO	SUB_FUNC	PROGR	PROJ	FONTE	COD

4.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE DO PREÇO

5.1 O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado.

5.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.2. O valor do contrato será reajustado pelo IPCA, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização.

6- CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Caso a **CONTRATADA** pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica a **CONTRATANTE** obrigada a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.



6.1.1. O não cumprimento do prazo constante no item 6.1 não implica em deferimento do pedido por parte da **CONTRATANTE**

6.2 Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

6.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento de cada parcela será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente ao fornecimento do objeto, devidamente atestada pelo setor responsável, de acordo com o objeto recebido, até o 10º dia útil do mês subsequente ao fornecimento.

7.2 - O pagamento será via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela **CONTRATADA**, que deverá indicar na Nota Fiscal o banco, nº. da Conta Corrente e Agência com a qual opera.

7.3 - A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

7.4 - No caso de atraso de pagamento os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice “*pro rata tempore*” do INPC.

7.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.6 - Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da **CONTRATADA** e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado;

7.7 - No ato do pagamento a ser efetuado pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá comprovar sua regularidade fiscal, conforme descritas abaixo:

- a) Certidão de Regularidade de Situação – CRS perante o gestor do FGTS;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedidas pela Receita Federal através do endereço www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 02/10/2014;
- c) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Superior Tribunal do Trabalho;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

Parágrafo Único: Tal comprovação será objeto de confirmação “**ON-LINE**”, via terminal, sendo suspenso o pagamento caso esteja irregular no referido sistema;

8 - CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Entregar o objeto pactuado, de conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas e aos rigores previsíveis em normas de regência.

8.2 - Cumprir as obrigações assumidas e garantir a boa qualidade do objeto.

8.3 - Observar com rigor a pontualidade e assiduidade no fornecimento, objeto deste Contrato, ficando sujeito à multa de acordo com as normas estabelecidas no mesmo, em caso de descumprimento.



8.4 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

8.5 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Artigo 125 da Lei Federal nº. 14.133/21).

8.6 - Responsabilizar por todas as despesas com mão de obra, auxílio alimentação ou refeição, vales-transportes e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados, uniformes, prêmios de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo para os fornecimentos, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

8.7 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência da **CONTRATANTE**.

8.8 - Responsabilizar-se integralmente por prejuízos decorrentes de atrasos na entrega, e ainda, por erros seus ou de terceiros na execução do contrato.

8.9 - Comunicar a **CONTRATANTE** quando verificar condições inadequadas para execução do contrato ou a iminência de fatos possam prejudicar a sua execução;

8.10 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução contratual, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.11 - Comunicar imediatamente a **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

8.12 - Manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, devendo comunicar a **CONTRATANTE** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

9 - CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 - Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a **CONTRATADA**;

9.2 - Prestar à **CONTRATADA** todas as informações e os esclarecimentos necessários para a realização do objeto contratual;

9.3 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.4 - Rejeitar, no todo ou em parte, o material adquirido em desacordo com as especificações, notificando por escrito via **Termo de Recusa**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso dos fornecimentos dos mesmos, fixando prazo para a sua execução, com ônus total à **CONTRATADA**;

9.5 - Aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador



9.6 - Permitir o acesso do representante ou empregado da **CONTRATADA** ao local de entrega desde que devidamente identificado.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 - O recebimento provisório e definitivo dar-se-á conforme Artigo 140, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21, alíneas “a” e “b”:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato

10.3 - Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o objeto contratual rejeitado ser substituído no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

10.4 - Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, efetuada pelo Fiscal de Contrato da **CONTRATANTE** ou pelo Gestor do Contrato.

10.5 - As entregas deverão ser realizadas por funcionários da **CONTRATADA**, devidamente uniformizados, com vestimentas adequadas, conservadas e limpas;

10.6 - Os produtos perecíveis deverão ser transportados em carros adequados atendendo à legislação vigente (Lei Estadual nº. 16.140/2007, RDC ANVISA 216/2004), com registros de higienização e monitoramento de temperatura periodicamente.

10.7 - O objeto deste contrato deverá ser entregue **em no máximo 02 (dois) dias corridos**, contados a partir do recebimento da **Ordem de Entrega**, emitida pela Secretaria de Compras da Contratante, devendo ser confirmado por telefone, no endereço informado na **Ordem de Entrega**, em horário de expediente, sendo das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, podendo haver alterações de horário, de acordo com a necessidade.

10.8 - A Contratada será constantemente avaliada quanto à qualidade do objeto proposto.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

11.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do Artigo 137 com as consequências previstas no Artigo 139 da Lei Federal nº. 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

11.2. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da **CONTRATADA** nas hipóteses do Artigo 137, §2º com as consequências previstas no Artigo 138, §2º da Lei Federal nº. 14.133/2021.

11.3. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

- a) Levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Apuração de indenizações e multas.



12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/21, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5º da Lei nº 12.846/13.

12.2 – Ocorrendo infrações serão aplicadas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 2º, do Artigo 156, da Lei Federal nº. 14.133/21);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º, do Artigo 156, da Lei Federal nº. 14.133/21);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Artigo 156, §5º, da Lei Federal nº. 14.133/21);
- d) Multa:
 - d.1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - d.2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
 - d.3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
 - d.4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
 - d.5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a **CONTRATANTE** (§9º do Artigo 156, da Lei Federal nº. 14.133/21).

12.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º, do Artigo 156, da Lei Federal nº. 14.133/21).

12.5 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Artigo 157, da Lei Federal nº. 14.133/21).

12.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º, do Artigo 156, da Lei Federal nº. 14.133/21).

12.7 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



12.8 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Artigo 158 da Lei Federal nº. 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 - Na aplicação das sanções serão considerados (§1º, do Artigo 156, da Lei Federal nº. 14.133/21):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a **CONTRATANTE**;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº. 14.133/21, ou em outras Leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (Artigo 159).

12.11 – A **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Artigo 161, da Lei Federal nº. 14.133/21).

12.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Artigo 163 da Lei Federal nº. 14.133/21.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133/21.

14.2 - A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Artigo 125 da Lei Federal nº. 14.133/21).

14.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (Artigo 132 da Lei Federal nº. 14.133/21).

14.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do Artigo 136 da Lei Federal nº. 14.133/21.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Incumbirá a **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Artigo 94 da Lei 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na

Praça Mestre Dário, nº. 01 - Centro – Niquelândia – GO



Internet, em atenção ao caput, do Artigo 91, da Lei Federal nº. 14.133/21, e ao §2º, do Artigo 8º, da Lei n. 12.527, de 2011.

15.2 - O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio Presencial oficial, em conformidade com o Artigo 72, Parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/21.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO FORO

16.1 - Fica eleito o Foro da cidade de Niquelândia, estado de Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme §1º, do Artigo 92, da Lei Federal nº. 14.133/21.

NIQUELÂNDIA-GO -
#DATA_CONTRATO.

CONTRATANTE

CONTRATADA

#NOME_GESTOR CPF nº.
#CPF_GESTOR
#CARGO_GESTOR

#FORNECEDOR
CNPJ nº. #CNPJ_FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF

2. _____

CPF

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2024
PROCESSO XXXX/2024

ANEXO XII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. ____/2024

Que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Niquelândia, Estado de Goiás, e a empresa_____, na forma e condições abaixo especificadas.

O(A) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – Colinas do Sul, neste ato representado pelo(a) Gestor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro(a), residente e domiciliada nesta cidade, CPF nº. XXX.XXX.XXX-XX, carteira de identidade nº. XXXXX - XXXX/XX, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº. XXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, aqui representada pelo Sr(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do CPF nº. XXXXXXXXXXXX, RG nº. XXXXXXXXXXX-XXX/GO, doravante designada simplesmente CONTRATADA, considerando a Homologação do objeto da licitação de que trata a licitação na modalidade Pregão presencial n.º ____/2024, para REGISTRO DE PREÇOS, consoante o Processo n.º ____/2024; a Lei n.º. 14.133/2021 e suas alterações, e demais ordenamento jurídico que disciplina a matéria;

RESOLVEM celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

Da fundamentação legal: O presente termo de contrato fundamenta-se nas disposições constantes *da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais Leis pertinentes ao objeto.*

Da data e local de assinatura: Lavrado e assinado em Niquelândia, aos dias do mês de ____ de ____.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto _____, abaixo descrito, conforme proposta apresentada pela Contratada, a qual integra o presente termo, independente de transcrição.

PARAGRAFO PRIMEIRO: aquisição será realizada com recursos provenientes do Tesouro Municipal.

PARAGRAFO SEGUNDO: É parte integrante deste Termo, independentemente de transcrição, para efeitos de complementá-lo, o Edital Pregão presencial n. ____/2024 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO E VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente Ata de Registro
Praça Mestre Dário, nº. 01 - Centro – Niquelândia – GO



de Preços será de 12(doze) meses contados da assinatura da mesma, vigorando de até XX/XX/XXXX

PARÁGRAFO ÚNICO - Poderá a vigência do presente termo ser prorrogada, nos termos da legislação aplicável, a exclusivo critério da CONTRATANTE, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
- Assinar a Ata de Registro de Preços, bem como o instrumento contratual dela decorrente;
- Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços, inclusive no que se refere ao cumprimento das regras do Controle de Qualidade e quanto ao compromisso de fornecimento dos quantitativos registrados, atendendo às solicitações de compras dos Órgãos Participantes de compra nacional;
- Entregar os Materiais no(s) prazo(s) máximo(s) e demais condições descritas neste Termo de Referência, que compõe o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial;
- Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do Edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços;
- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE, a usuários beneficiários dos produtos fornecidos, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, inclusive no que se refere às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), quando for o caso e no que couber;
- Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- Manter durante toda a execução do objeto da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos;
- Prestar as informações requisitadas pelo Órgão Gerenciador no prazo estabelecido, inclusive quanto ao planejamento da produção e ao atendimento aos contratos decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços.
- Os bens fornecidos deverão estar garantidos contra quaisquer defeitos de fabricação, e/ou fadiga do material empregado, incluindo substituição do produto, peças e mecanismos pelos prazos e nas condições dos respectivos fabricantes, devendo a empresa fornecedora substituí- los, por sua conta e no prazo de 05 (cinco) dias úteis, os que forem considerados inadequados às especificações, ou que tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular e adequado.



- A garantia técnica dos objetos deverá ser de no mínimo 01 (um) ano.
- O prazo de garantia deve ser contado a partir do recebimento definitivo dos bens pela contratante.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA:

- Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;
 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no instrumento
 - contratual;
 - Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas;
 - Verificar a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor antes dos atos relativos à assinatura e gestão contratual, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente ata correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o exercício de 2024:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PARAGRAFO ÚNICO: Para o exercício de 2024, as despesas decorrentes da presente ata correrão a conta de dotação orçamentária própria.

CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR TOTAL DA ATA: Perfaz a presente Ata de Registro de Preços o valor total de R\$

().

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos dos serviços a que se refere esta cláusula serão efetuados na conta corrente nº____, agência____ de titularidade do FORNECEDOR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por servidor designados para a fiscalização do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do



FORNECEDOR, o prazo de vencimento ocorrerá 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A forma de pagamento será mediante a entrega do objeto em condições e valores correspondentes aos expressos na fatura e proposta apresentada.

CLÁUSULA OITAVA: DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto deste contrato deverá ser entregue de acordo com a especificação do Edital do Pregão Presencial n. ____/2024, Termo de Referência e Proposta apresentada, no órgão local designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Niquelândia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para entrega do objeto será de _____.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas e observados os termos deste edital e a legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial, na forma prevista em Edital.

PARÁGRAFO QUARTO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo _____, o qual será responsável pela fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Os responsáveis pela fiscalização verificarão se o objeto entregue pela CONTRATADA confere com a descrição constante da proposta-detulhe em quantidade e qualidade, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicarão o fato à autoridade superior, no prazo máximo de três dias, para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA NONA: DA RESPONSABILIDADE: A CONTRATADA é responsável por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a Administração, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DA ATA: A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REALINHAMENTO DE PREÇOS E MANUTENÇÃO

DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Poderá ser realizado realinhamento dos preços ofertados, visando manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei 14.133/2021, atendidas



as determinações legais pertinentes, sempre que se comprovar necessário, desde que devidamente justificadas por escrito e devidamente autorizadas pelo(a), também por escrito, atendidas as disposições desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para solicitação do realinhamento de preços acima descrita, deverá ser apresentada, com antecedência, a(o)_____, pedido, nos termos do Edital Pregão Presencial n._____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS: O Registro de Preços poderá ser cancelado, de pleno direito:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Pelo (a)xxxxxxxxx, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando;

- a) O FORNECEDOR não cumprir as obrigações constantes desta ata ou da nota de empenho;
- b) O FORNECEDOR não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, e não aceitar sua justificativa;
- c) O FORNECEDOR der causa a rescisão administrativa da ata, a critério do(a);
- d) Houver inexecução total ou parcial da ata decorrente de Registro de preços, se assim for decidido pelo(a) _____;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o FORNECEDOR não aceitar reduzi-lo;
- f) Houver motivo de interesse público devidamente demonstrados e justificados pelo(a);

PARÁGRAFO SEGUNDO: Houver solicitação por escrito, e o FORNECEDOR comprovarestar impossibilitado de cumprir as exigências desta ata (caso fortuito ou de força maior) e desdeque aceitas as justificativas pelo(a).

PARÁGRAFO TERCEIRO: A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta clausula, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou outro meio que comprove o recebimento, juntando-se comprovante ao processo que deu origem ao Registro de Preços.

PARÁGRAFO QUARTO: solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do(s) preço(s) registrado(s) deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, da data do efetivo cancelamento, facultado a aplicação das penalidades previstas nesta ata, casonão aceite as razões do pedido de cancelamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES: O FORNECEDOR estará sujeito às penalidades previstas no art. 87, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o FORNECEDOR à multa de mora de até 2% (dois por cento) do valor total desta ata, por dia útil de atraso, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral desta ata pelo(a)

e da aplicação de outras sanções previstas no edital Pregão Presencial nº ____/2024 e



na legislação inicialmente citada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As multas administrativas serão aplicadas a critério do(a) xxxxxxxxx atendendo à gravidade da infração até o valor máximo acumulado de 20% (vinte por cento) do valor do contrato em seu total.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As multas administrativas previstas na cláusula anterior não têm caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento o FORNECEDOR por perdas e danos das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA: A presente ARP não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expreso consentimento da, sob pena de imediato cancelamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO: O FORNECEDOR se obriga a manter, durante toda a execução desta Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA DE REGISTRO DE PEÇOS: Após assinatura deverá a presente ata ser publicada, na forma prevista em Lei e terá a sua execução sob responsabilidade do(a).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO ÓRGÃO GESTOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Fica designado como Órgão Gestor do presente Registro de Preço a Prefeitura Municipal de Niquelândia/GO

PARAGRAFO PRIMEIRO: O Departamento de Compras será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes da Licitação a ser realizada.

PARAGRAFO SEGUNDO: É de estrita responsabilidade dos órgãos participantes promover os seguintes controles:

- ✓ Controle de saldo quantitativo estimado para o órgão participante;
- ✓ Controle de existência de saldo orçamentário e financeiro para efetiva aquisição do objeto;
- ✓ Conferência e fiscalização das aquisições eventualmente realizadas quando da efetiva entrega do objeto;
- ✓ Controle de saldo remanescente com vistas a evitar a aquisição em quantidade superior àquela estabelecida para a licitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras e normas em vigor e respectivas atualizações, em especial as regras



previstas no art. 86, da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO QUARTO: Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PARÁGRAFO QUINTO: Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

PARÁGRAFO SEXTO: O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada dentro do prazo de vigência da ata.

PARÁGRAFO OITAVO: Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO: Fica eleito o Foro da Cidade de Niquelândia - Goiás, para ação que resulte ou possa resultar do disposto neste contrato.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, a(o)e o **FORNECEDOR** identificado no preâmbulo desta assinam este instrumento em 03(três) vias de igual teor e para uma única finalidade, depois de lido e achado conforme, empresença de testemunhas abaixo firmadas.

Niquelândia/GO aos ____ de _____ de 2024.

Nome do gestor

Prefeitura Municipal de Niquelândia

CNPJ:

Fornecedor

Nome do representante legal

CNPJ:

Testemunhas:

1ª) _____

CPF:

2ª) _____

CPF: